3T
26

Banco Santander
Demonstrações Financeiras Consolidadas
Condensadas em IFRS
30 de setembro de 2026

Banco Santander (Brasil) S.A.

Demonstrações Financeiras Consolidadas Condensadas

ÍNDICE **Pág**

Relatório da Administração 3
Balanço Patrimonial Consolidado Condensado 8
Demonstração Consolidada Condensada do Resultado 10
Demonstração Consolidada Condensada do Resultado Abrangente 11
Demonstração Consolidada Condensada das Mutações do Patrimônio Líquido 12
Demonstração Consolidada Condensada dos Fluxos de Caixa 14
1. Contexto operacional, apresentação das demonstrações financeiras consolidadas condensadas e outras informações 15
2. Base para consolidação 18
3. Ativos Financeiros 20
4. Ativos não correntes mantidos para venda 22
5. Participações em Coligadas e Empreendimento em Conjunto 23
6. Ativo imobilizado (tangível) 26
7. Ativo intangível - Ágio 26
8. Ativo Intangível - Outros ativos intangíveis 28
9. Passivos Financeiros 28
10. Provisões para processos judiciais e administrativos, compromissos e outras provisões 31
11. Patrimônio Líquido 34
12. Impostos sobre a renda 36
13. Detalhamento de contas de resultado 37
14. Plano de Benefícios a Funcionários 38
15. Segmentos operacionais 41
16. Transações com partes relacionadas 43
17. Valor justo dos ativos e passivos financeiros 46
18. Outras Divulgações 50
19. Eventos Subsequentes 60
ANEXO I – Demonstração Consolidada Condensada do Valor Adicionado 61
Composição dos Órgãos da Administração em 30 de setembro de 2026 62

Relatório da Administração

Senhores Acionistas:

Apresentamos o Comentário de Desempenho às Demonstrações Financeiras Consolidadas Condensadas do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco) relativas ao período findo em 30 de setembro de 2026, as Demonstrações Financeiras Consolidadas Condensadas foram elaboradas de acordo com o IAS 34 Relatório Financeiro Intermediário.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas Condensadas elaboradas com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) relativas ao período findo em 30 de setembro de 2026 serão divulgadas em 28 de outubro de 2026 no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

Conjuntura Econômica

O desempenho econômico teve como destaques os seguintes temas:

No ambiente internacional

❖ **Petróleo segue no centro da dinâmica macro global**

O mercado de petróleo voltou a ser marcado por forte volatilidade, impulsionada principalmente pela combinação de riscos geopolíticos e incertezas sobre a oferta global. Após encerrar junho próximo de USD 73 por barril, o Brent iniciou julho pressionado pela expectativa de aumento da produção da OPEP+ e por sinais de desaceleração da economia mundial, fatores que contribuíram para uma acomodação inicial dos preços. Contudo, essa trajetória foi revertida ao longo do trimestre pelo agravamento das tensões no Oriente Médio, especialmente em regiões estratégicas para a produção e o transporte de petróleo. Além dos conflitos regionais, o mercado passou a incorporar um prêmio de risco mais elevado diante da possibilidade de interrupções na oferta global. Problemas logísticos, ameaças a rotas marítimas relevantes e níveis relativamente baixos de estoques em algumas economias reforçaram as preocupações quanto à segurança energética. Embora a OPEP+ tenha mantido o processo gradual de ampliação da produção, os aumentos anunciados não foram suficientes para neutralizar completamente a percepção de escassez de curto prazo, sustentando a alta dos preços ao longo de agosto e setembro. Como consequência, ressurgiram preocupações com os impactos do petróleo sobre a inflação global. O aumento dos custos de energia e transporte elevou os riscos de pressões inflacionárias adicionais, justamente em um momento em que diversos bancos centrais buscavam consolidar o processo de desinflação.

❖ **Fed reage às pressões inflacionárias**

Nos Estados Unidos, o Federal Reserve foi o principal destaque entre os bancos centrais desenvolvidos durante o terceiro trimestre de 2026. Após meses sinalizando cautela, a autoridade monetária surpreendeu parte do mercado ao mudar de postura no combate à inflação e elevar a taxa de juros, refletindo preocupações com a resiliência da atividade econômica e com a retomada das pressões inflacionárias, especialmente após a forte alta dos preços do petróleo ao longo do trimestre. A decisão reforçou a mensagem de que o processo de convergência da inflação para a meta de 2% ainda enfrenta desafios e que o Fed permanece disposto a manter uma postura restritiva sempre que necessário para preservar sua credibilidade. Nos demais países desenvolvidos, o Banco Central Europeu (BCE) e o Banco da Inglaterra (BoE) adotaram uma postura relativamente mais cautelosa. Embora continuassem reconhecendo os avanços obtidos no combate à inflação, as autoridades monetárias evitaram sinalizar um ciclo acelerado de afrouxamento, diante de um cenário marcado por elevada incerteza geopolítica e pela volatilidade dos preços de energia. Já o Banco do Japão (BoJ) manteve o processo gradual de normalização de sua política monetária, mas sem promover mudanças capazes de alterar significativamente as condições financeiras globais.

❖ **Juros longos pressionados**

A elevação dos juros de longo prazo nas principais economias desenvolvidas refletiu não apenas a postura mais restritiva dos bancos centrais, principalmente uma preocupação dos investidores sobre inflação, endividamento público e demanda global por capital. A forte alta dos preços do petróleo ao longo do período reacendeu preocupações com a persistência das pressões inflacionárias, reduzindo a confiança de que a inflação retornaria rapidamente às metas dos bancos centrais. Como consequência, os mercados passaram a exigir prêmios maiores para financiar governos por horizontes mais longos. Nos Estados Unidos, as preocupações fiscais permaneceram como um importante fator de pressão sobre os juros de longo prazo. A combinação de déficits públicos elevados, trajetória crescente da dívida federal e necessidade contínua de financiamento do governo reforçou a percepção de que a oferta de títulos do Tesouro deverá seguir elevada nos próximos anos. Outro fator relevante foi o crescimento acelerado dos investimentos associados à inteligência artificial. Os elevados programas de capex anunciados por grandes empresas de tecnologia, voltados à construção de data centers, infraestrutura energética e capacidade computacional, aumentaram significativamente a demanda global por poupança e financiamento. Dessa forma, governos e setor privado passaram a competir de forma mais intensa pelo capital disponível. O resultado foi uma elevação dos rendimentos exigidos pelos investidores, reforçando o movimento de alta dos juros longos e contribuindo para condições financeiras mais restritivas em nível global.

No ambiente doméstico

❖ **Desaceleração da atividade ganha consistência**

A economia brasileira apresentou sinais mais claros de desaceleração ao longo do 3T26. Após o forte crescimento observado no início do ano, o PIB avançou apenas 0,5% no segundo trimestre (divulgado em setembro), refletindo perda de dinamismo dos setores mais sensíveis ao ciclo econômico e recuo do consumo das famílias. O crédito continuou desacelerando, a renda do trabalho perdeu força e os primeiros indicadores do terceiro trimestre apontaram para moderação adicional da atividade. Ainda que o mercado de trabalho permaneça em níveis historicamente apertados, o balanço do período reforçou a percepção de que os efeitos da política monetária restritiva passaram a se tornar mais evidentes. Nesse contexto, revisamos nossa projeção de crescimento do PIB para 1,8% em 2026 e esperamos expansão de 1,3% em 2027.

❖ **Inflação recua, mas riscos permanecem relevantes**

A inflação apresentou comportamento mais favorável ao longo do 3T26. A reversão parcial da alta dos alimentos e a acomodação temporária de parte dos efeitos do choque de petróleo contribuíram para trazer o IPCA novamente para dentro do intervalo de tolerância da meta. Apesar dessa melhora, a inflação de serviços seguiu elevada, refletindo um mercado de trabalho ainda apertado. Ao mesmo tempo, as expectativas para horizontes mais longos continuaram se deteriorando, em meio às incertezas associadas ao ambiente fiscal e aos riscos de novas pressões de oferta. Em particular, a perspectiva de um episódio intenso de El Niño e a manutenção da volatilidade nos preços internacionais de combustíveis sugerem desafios adicionais para a dinâmica inflacionária à frente. Projetamos IPCA em 5,0% para 2026 e 4,0% para 2027.

❖ **Ciclo de cortes na Selic avança, mas espaço adicional segue limitado**

O Banco Central deu continuidade ao ciclo de flexibilização monetária no trimestre, reduzindo a Selic para 13,75%. Apesar da melhora recente da inflação corrente e dos sinais mais claros de desaceleração da atividade, a comunicação do Comitê de Política Monetária permaneceu cautelosa. O Copom continuou destacando a desancoragem das expectativas, a persistência da inflação de serviços e as incertezas associadas às contas públicas e ao ambiente externo. Com isso, o debate passou gradualmente da conveniência de novos cortes para a discussão sobre quão profundo poderá ser o ciclo de flexibilização. Em nosso cenário, esperamos que a Selic encerre 2026 em 13,50% e 2027 em 12,50%.

*Esse relatório de administração foi elaborado com os saldos gerenciais, que parte do livro BRGAAP.

Desempenho Consolidado

Lucro Líquido (recorrente gerencial)
R$ 9,7 Bilhões | **-16,0%** vs 9M25

Margem Financeira
R$ 46,1 Bilhões | **-0,9%** vs 9M25

Comissões
R$ 16,2 Bilhões | **+1,8%** vs 9M25

Despesas Gerais
R$ 19,6 Bilhões | **+1,0%** vs 9M25

Despesas com PDD
R$ 21,5 Bilhões | **+8,5%** vs 9M25

Nos nove primeiros meses de 2026, seguimos focados na execução da nossa estratégia, fortalecendo o relacionamento com nossos clientes e buscando construir um negócio cada vez mais sólido, eficiente e resiliente. Em termos de resultado, encerramos os nove primeiros meses de 2026 com lucro líquido gerencial recorrente de R$ 9,7 bilhões, redução de 16% na comparação anual, reflexo de um ambiente macroeconômico marcado por taxas de juros elevadas e maior comprometimento da renda das famílias.

A receita total somou R$ 62,3 bilhões no período, apresentando leve redução de 0,2% no ano, com impacto da margem com clientes, que apresenta queda principalmente por mudança de mix da carteira de crédito, com maior foco em produtos colateralizados, junto a uma margem com mercado ainda pressionada por um cenário de juros elevados. Já as receitas com comissões cresceram 1,8% no período, atingindo R$ 16,2 bilhões, com destaque para cartões crescendo 9,4% YoY e seguros 8% YoY. O resultado de comissões evidencia a crescente contribuição dos negócios de serviços para a geração de receitas recorrentes e reforça nossa estratégia de diversificação.

Em relação à qualidade do crédito, o resultado de provisão para devedores duvidosos totalizou R$ 21,5 bilhões, aumento de 8,5% frente aos nove primeiros meses de 2025. Esse desempenho reflete um contexto de um ambiente macroeconômico marcado por taxa de juros elevada e maior endividamento das famílias. Outras receitas e despesas operacionais estão pressionadas principalmente por maiores provisões para contingências.

No âmbito das despesas, mantivemos o foco na disciplina de custos e na busca por ganhos de produtividade. As despesas gerais somaram R$ 19,6 bilhões, crescimento de apenas 1% em relação ao mesmo período do ano passado, significativamente abaixo da inflação. O desempenho reforça nossos esforços para otimizar recursos, ao mesmo tempo em que seguimos investindo em tecnologia e na transformação dos nossos negócios.

Apesar das pressões observadas ao longo do período, permanecemos comprometidos com a evolução da rentabilidade, o fortalecimento do relacionamento principal com nossos clientes e a construção de uma operação cada vez mais resiliente e diversificada, capaz de sustentar a geração de valor no longo prazo.

Demonstração de resultados gerencial

(R$ milhões)	9M26	9M25	9M26 x 9M25
Margem financeira bruta	46.111	46.526	(0,9)%
Comissões	16.186	15.893	1,8 %
Receita total	**62.298**	**62.419**	**(0,2)%**
Resultado de PDD	(21.458)	(19.776)	8,5 %
Despesas gerais	(19.594)	(19.409)	1,0 %
Outras receitas/despesas operacionais	(7.319)	(6.353)	15,2 %
Despesas tributárias	(4.432)	(4.095)	8,2 %
Outros	314	452	(30,5)%
Lucro antes de impostos	**9.809**	**13.238**	**(25,9)%**
Impostos e participações minoritárias	(122)	(1.709)	(92,9)%
Lucro líquido recorrente gerencial	**9.687**	**11.529**	**(16,0)%**
Lucro líquido contábil	9.226	11.316	(18,5)%

[1] O quadro acima considera reclassificações gerenciais em relação à Demonstração Condensada de Resultado, sendo as principais a reclassificação entre margem e resultado de PDD de descontos, PDD sobre debêntures e a reversão das amortizações sobre os ágios.

[2] O quadro acima considera reclassificações gerenciais em relação à Demonstração de Resultados do livro BRGAAP.

*Esse relatório de administração foi elaborado com os saldos gerenciais, que parte do livro BRGAAP.

Estratégia e Agências de Rating

Para informações referentes à estratégia e a classificação do Banco nas agências de rating, vide Informe de Resultados disponível no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

Governança Corporativa

A estrutura de governança corporativa do Banco Santander (Brasil) S.A. está fundamentada em um modelo integrado de tomada de decisão, supervisão e gestão de riscos, alinhado às melhores práticas nacionais e internacionais de governança. Essa estrutura é composta pela Diretoria Executiva e pelo Comitê Executivo, integrado pelo Diretor-Presidente, Vice-Presidentes Executivos Seniores e Vice-Presidentes Executivos, bem como pelo Conselho de Administração e seus Comitês de Assessoramento, responsáveis por apoiar o Conselho no desempenho de suas atribuições. Os Comitês de Assessoramento são: Auditoria, Riscos e Compliance, Sustentabilidade, Remuneração e Nomeação e Governança.

O Banco busca continuamente o fortalecimento da diversidade, da independência e da qualificação de seus órgãos de administração. Atualmente, o Conselho de Administração conta com quatro mulheres entre seus membros e 58,33% de conselheiros independentes, refletindo o compromisso da Instituição com uma governança corporativa plural, transparente e alinhada às melhores práticas de mercado.

Em 2026, o Banco Santander (Brasil) S.A. passou a integrar o Programa CONFIA – Programa de Conformidade Cooperativa Fiscal da Receita Federal do Brasil, iniciativa que promove um relacionamento baseado em transparência, confiança mútua e diálogo contínuo entre a Administração Tributária e grandes contribuintes. A admissão ao programa reconhece a maturidade da governança tributária, da gestão de riscos fiscais e dos controles internos da Instituição, reforçando seu compromisso com elevados padrões de conformidade, ética, transparência e segurança jurídica. (Serviços e Informações do Brasil).

As informações adicionais requeridas pela Lei nº 15.177/2025 serão divulgadas no Relatório da Administração, a ser disponibilizado aos acionistas na data da convocação da Assembleia Geral Ordinária, nos termos do art. 133 da Lei nº 6.404/1976.

Informações adicionais sobre as práticas de governança corporativa adotadas pelo Banco Santander, bem como sobre a composição, atuação e principais deliberações do Conselho de Administração e de seus Comitês de Assessoramento, estão disponíveis no portal de Relações com Investidores, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

Auditoria Interna

A Auditoria Interna reporta-se diretamente ao Conselho de Administração e é supervisionada pelo Comitê de Auditoria, atuando de forma permanente, independente e objetiva em relação às demais funções e unidades da Organização. Sua missão é fornecer ao Conselho de Administração e à Alta Administração asseguração independente sobre a qualidade e a efetividade dos processos de governança, gestão de riscos e controles internos, contribuindo para a proteção do valor da Organização, de sua solvência, sustentabilidade e reputação.

A função de Auditoria Interna possui certificação de qualidade emitida pelo Instituto dos Auditores Internos (IIA), em reconhecimento à aderência às normas e melhores práticas internacionais da profissão.

Para cumprir suas atribuições e assegurar uma cobertura adequada dos riscos inerentes às atividades do Banco Santander, a Auditoria Interna utiliza metodologias e ferramentas desenvolvidas internamente. Destaca-se a matriz de riscos, utilizada no processo de planejamento para priorizar o universo auditável com base em critérios como risco inerente, resultados das avaliações anteriores, nível de implementação das recomendações de auditoria e relevância dos processos para a Organização. Os programas de trabalho são revisados periodicamente, de forma a refletir a evolução do ambiente de riscos, mudanças regulatórias e transformações no ambiente de negócios.

Em linha com seu papel de supervisão, o Comitê de Auditoria recomendou a aprovação do Plano Anual de Auditoria e do Relatório Anual da Auditoria Interna de 2026, os quais foram posteriormente aprovados pelo Conselho de Administração.

Pessoas

O Banco Santander segue fortalecendo sua cultura organizacional que busca contribuir para que pessoas e negócios prosperem. A autonomia, o protagonismo e a inovação ganham espaço, aceleram a transformação digital e aprimoram a oferta personalizada para os mais diversos segmentos da sociedade.

São 45.782 colaboradores, considerando todo o Grupo, comprometidos com a ambição de gerar experiências únicas e personalizadas ao cliente, de forma que sejamos o banco principal para cada um de nossos clientes.

Para isso, o banco investe continuamente na criação de um ambiente onde a liderança é referência nos valores da organização, a cultura inclusiva faz com que que cada profissional se sinta reconhecido e engajado com a construção de sua carreira, a saúde e o bem-estar são centrais e a aprendizagem contínua está a serviço da melhoria constante da jornada do cliente e da evolução de cada colaborador. As oportunidades de crescimento são democratizadas e ao alcance de todos.

Sustentabilidade

A sustentabilidade integra a estratégia de negócios do Santander há mais de 20 anos e orienta nossa atuação na gestão de riscos, no desenvolvimento de soluções financeiras e na geração de impacto positivo para clientes, comunidades e sociedade.

No semestre, mantivemos foco nas frentes em que temos maior capacidade de contribuição: avaliação e mitigação de riscos sociais, ambientais e climáticos na concessão de crédito; apoio aos clientes na transição para uma economia de baixo carbono; e promoção de iniciativas de educação, empregabilidade, empreendedorismo e inclusão financeira.

Nossa atuação está concentrada nos temas mais relevantes para o negócio, considerando impactos, riscos e oportunidades, e é acompanhada por metas globais em áreas prioritárias, como descarbonização, inclusão financeira e cultura inclusiva. Essa agenda é sustentada por políticas, controles e estruturas de governança robustas, com o apoio da alta liderança.

*Esse relatório de administração foi elaborado com os saldos gerenciais, que parte do livro BRGAAP.

Ao final do 3T26, destacamos os seguintes resultados:

Negócios sustentáveis

❖ Viabilizamos **R$ 34,3** bilhões em negócios sustentáveis, incluindo emissões de títulos verdes, financiamento de energias limpas e produtos dedicados , como o CDC Solar e o CDC Veículos Elétricos e Híbridos, atingindo **R$ 59,8 bilhões** na carteira[1] de crédito sustentável, com crescimento de 33% **(YoY**).

[1] Considera operações que se enquadram em nosso Sistema de Classificação de Finanças e Investimentos Sustentáveis (SFICS).

❖ O Prospera Santander Microfinanças, que leva soluções financeiras a empreendedores, alcançou uma produção de microcrédito de R$ 3,7 bilhões. A carteira total atingiu R$ 3,3 bilhões, com uma base total de 1,09 milhão de clientes.

❖ Em Finanças Sustentáveis, o Santander Brasil foi reconhecido pelo segundo ano consecutivo no Euromoney Awards for Excellence 2026 como Best Bank for Sustainable Finance in Brazil. Também captamos US$ 550 milhões junto ao BID Invest para apoiar o financiamento de projetos sustentáveis no âmbito do Programa Eco Invest Brasil, ampliando o apoio à transição para uma economia de baixo carbono.

Impacto social

Em setembro teve início a campanha do Amigo de Valor, programa que viabiliza projetos, mobiliza pessoas, empresas e fortalece redes de proteção para fazer o cuidado chegar a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Clientes Santander podem destinar até 6% do IR devido entre 8 de setembro a 21 de novembro por meio do site santander.com.br/amigodevalor.

No período, o Santander destinou mais de R$ 6 milhões por meio dos incentivos fiscais do PRONAS (Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência) e do PRONON (Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica), apoiando oito instituições de saúde, entre hospitais e APAEs. Os projetos apoiados têm previsão de beneficiar mais de 40 mil pessoas, ampliando o acesso a serviços de saúde e assistência especializada.

Realizamos ainda uma ação de voluntariado voltada à orientação profissional de jovens estudantes da rede pública, reunindo mais de 100 participantes entre estudantes e voluntários.

Educação, empregabilidade e empreendedorismo

Por meio das plataformas Santander Open Academy e Campus Digital, contribuímos para o desenvolvimento profissional e educacional de aproximadamente 1,1 milhão de pessoas. O investimento social realizado no período totalizou R$ 13,7 milhões.

Entre os programas de educação e empregabilidade, destacaram-se iniciativas voltadas à qualificação profissional, desenvolvimento de competências digitais, empreendedorismo e capacitação docente. O programa Santander Preparatório OAB registrou mais de 14 mil inscritos e resultou na aprovação de 161 participantes no Exame da Ordem. Já o programa Santander Excel com IA e Claude alcançou mais de 91 mil inscritos, promovendo capacitação em análise de dados, produtividade e uso de inteligência artificial aplicada ao mercado de trabalho.

Cultura Inclusiva

O Santander Brasil foi reconhecido entre as 10 empresas referência em inclusão de pessoas com deficiência no Radar da Inclusão, pesquisa realizada pela Talento Incluir em parceria com o Pacto Global da ONU no Brasil e o Instituto Locomotiva. O estudo avaliou aproximadamente 400 organizações com base na percepção de pessoas com deficiência sobre inclusão e acessibilidade no ambiente de trabalho.

Aderência regulatória

O Relatório de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade – 2026, elaborado em atendimento às Resoluções CVM nº 244, CMN nº 5.185 e BCB nº 435, será divulgado em conjunto com as Demonstrações Financeiras consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2026.

*Esse relatório de administração foi elaborado com os saldos gerenciais, que parte do livro BRGAAP.

Auditoria Independente

A política de atuação do Banco Santander, incluindo suas empresas controladas, na contratação de serviços não relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras pelos seus auditores independentes PricewaterhouseCoopers, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco.

Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 162/2022, o Banco Santander informa que no período findo em 30 de setembro de 2026, não foram prestados pela PricewaterhouseCoopers serviços não relacionados à auditoria independente das Demonstrações Financeiras do Banco Santander e empresas controladas relevantes, que gerem conflito de interesse, perda de independência ou impactem a objetividade de seus auditores independentes. A PricewaterhouseCoopers dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria independente das Demonstrações Financeiras do Banco Santander e empresas controladas. A referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos clientes, acionistas e colaboradores pela confiança e suporte que nos moveram até aqui, e que possibilitaram a continuidade da nossa história de evolução e transformação, no caminho para construir a Melhor Empresa de Consumo do Brasil.

(Aprovado na Reunião do Conselho de Administração de 27 de outubro de 2026).

*Esse relatório de administração foi elaborado com os saldos gerenciais, que parte do livro BRGAAP.

Nosso propósito é contribuir para que as pessoas e os negócios prosperem.
E acreditamos que tudo deve ser feito de um jeito:

Simples, Pessoal e Justo

Relatório de revisão sobre as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Santander (Brasil) S.A.

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial consolidado condensado do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco") e suas controladas, em 30 de setembro de 2026, e as respectivas demonstrações consolidadas condensadas do resultado e do resultado abrangente, para os períodos de três e de nove meses findos nessa data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

A administração do Banco é responsável pela elaboração e apresentação dessas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas acima referidas não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, Edifício B32, 16º,
São Paulo, SP, Brasil, 04538-132
T: +55 (11) 4004-8000

Banco Santander (Brasil) S.A.

Outros assuntos - Demonstração consolidada condensada do valor adicionado

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas acima referidas incluem a demonstração consolidada condensada do valor adicionado (DVA) referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2026, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração consolidada condensada do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 28 de outubro de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Maria José De Mula Cury
Contadora CRC 1SP192785/O-4

Balanço Patrimonial Consolidado Condensado

ATIVO	Notas Explicativas	30/09/2026	31/12/2025
Disponibilidades		**24.448.946**	**20.232.729**
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	**3.a**	**282.564.342**	**262.407.149**
Instrumentos de Dívida		98.232.329	95.546.026
Instrumentos de Patrimônio		5.349.891	4.862.393
Derivativos	18	29.759.908	65.590.206
Empréstimos e Adiantamentos a Clientes		4.835.211	6.413.587
Reservas no Banco Central do Brasil		144.387.003	89.994.937
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	**3.a**	**64.336.003**	**69.446.583**
Instrumentos de Dívida		64.335.992	69.354.220
Instrumentos de Patrimônio		11	92.363
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	**3.a**	**819.536.928**	**800.545.822**
Empréstimos e Outros Valores com Instituições de Crédito		50.884.524	35.947.923
Empréstimos e Adiantamentos a Clientes		545.120.932	558.134.969
Instrumentos de Dívida		124.728.368	114.708.615
Reservas no Banco Central do Brasil		98.803.104	91.754.315
Derivativos Utilizados como Hedge Accounting	**18**	**41.989**	**217.492**
Ativos não Correntes Mantidos para Venda	**4**	**1.593.252**	**1.413.215**
Participações em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto	**5.a**	**3.550.967**	**3.517.094**
Ativos Fiscais		**70.499.933**	**65.060.517**
Correntes		15.240.682	14.205.687
Diferidos		55.259.251	50.854.830
Outros Ativos		**10.978.155**	**8.915.748**
Ativo Imobilizado (tangível)	**6.a**	**5.873.339**	**5.046.133**
Ativo Intangível		**33.164.176**	**33.226.983**
Ágio	7	27.769.947	27.844.674
Outros Ativos Intangíveis	8	5.394.229	5.382.309
Total do Ativo		**1.316.588.030**	**1.270.029.465**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas Condensadas.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas Explicativas	30/09/2026	31/12/2025
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	**9.a**	**85.264.993**	**112.471.311**
Derivativos	18	25.181.261	59.827.986
Posições Vendidas		60.077.100	49.380.059
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários		6.632	3.263.266
Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	**9.a**	**1.061.684.618**	**992.386.546**
Depósitos do Banco Central do Brasil e Depósitos de Instituições de Crédito		159.457.151	146.867.521
Depósitos de Clientes		633.036.552	593.328.796
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários		159.109.090	156.662.290
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital		32.917.449	28.113.937
Outros Passivos Financeiros		77.164.376	67.414.002
Derivativos Utilizados como Hedge Accounting	**18**	**5.551**	**184.005**
Provisões	**10.a**	**13.476.450**	**11.804.482**
Obrigações para Fundos de Pensões e Obrigações Similares		997.560	1.357.203
Provisões para Processos Judiciais e Administrativos, Compromissos e Outras Provisões		12.478.890	10.447.279
Passivos Fiscais		**10.716.480**	**9.388.832**
Correntes		4.623.453	4.799.733
Diferidos		6.093.027	4.589.099
Outras Obrigações		**15.113.476**	**17.241.145**
Total do Passivo		**1.186.261.568**	**1.143.476.321**
Patrimônio Líquido		**133.252.044**	**130.281.588**
Capital Social	11.a	65.000.000	65.000.000
Reservas de Capital	11.c	595.130	630.238
Ações em Tesouraria	11.d	(488.774)	(719.560)
Reserva de Lucros	11.c	68.145.688	65.370.910
Outros Resultados Abrangentes		**(4.937.693)**	**(5.108.058)**
Patrimônio Líquido Atribuível ao Controlador		**128.314.351**	**125.173.530**
Participações Não-Controladoras		**2.012.111**	**1.379.614**
Total do Patrimônio Líquido		**130.326.462**	**126.553.144**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**1.316.588.030**	**1.270.029.465**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas Condensadas.

Demonstração Consolidada Condensada do Resultado

	Notas Explicativas	01/07 a 30/09/2026	01/07 a 30/09/2025	01/01 a 30/09/2026	01/01 a 30/09/2025
Receitas com juros e similares		37.916.734	40.505.744	123.390.448	119.901.576
Despesas com juros e similares		(26.897.745)	(26.404.149)	(80.461.192)	(76.039.394)
Receita Líquida com Juros		**11.018.989**	**14.101.595**	**42.929.256**	**43.862.182**
Receitas de instrumentos de patrimônio		23.759	19.402	54.602	65.790
Resultado de equivalência patrimonial	5.a	116.469	121.230	332.429	322.653
Receitas de tarifas e comissões		6.606.503	6.554.329	19.337.858	18.745.787
Despesas de tarifas e comissões		(2.377.437)	(2.089.543)	(6.833.221)	(5.875.086)
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)		183.510	5.215.516	18.455.076	9.002.929
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado		(1.330.793)	2.075.504	16.412.700	7.138.887
Instrumentos financeiros não mensurados pelo valor justo no resultado		(244.962)	4.989	(1.819.740)	(86.611)
Outros		1.759.265	3.135.023	3.862.116	1.950.653
Variações cambiais (líquidas)		2.808.459	(5.121.446)	(17.527.698)	(8.858.277)
Outras despesas operacionais (líquidas)		(349.927)	(92.834)	(839.055)	(401.493)
Total de Receitas		**18.030.325**	**18.708.249**	**55.909.247**	**56.864.485**
Despesas administrativas		(5.020.642)	(5.198.352)	(15.589.741)	(15.676.888)
Despesas com pessoal	13.a	(2.679.349)	(2.883.930)	(8.341.531)	(8.832.079)
Outras despesas administrativas	13.b	(2.341.293)	(2.314.422)	(7.248.210)	(6.844.809)
Depreciação e amortização		(658.612)	(651.741)	(1.981.649)	(1.976.394)
Ativo tangível	6.a	(246.321)	(262.785)	(727.770)	(839.869)
Ativo intangível	8	(412.291)	(388.956)	(1.253.879)	(1.136.525)
Provisões (líquidas)		(1.189.383)	(1.277.536)	(4.657.780)	(3.559.417)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)		(7.579.654)	(6.520.391)	(22.038.561)	(23.908.549)
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e compromissos contingentes	3.b.2	(7.579.654)	(6.520.391)	(22.038.561)	(23.908.549)
Perdas com outros ativos (líquidas)		(200.829)	(77.247)	(222.052)	(255.209)
Outros ativos intangíveis	8	(152.490)	-	(152.490)	(18.233)
Outros ativos		(48.339)	(77.247)	(69.562)	(236.976)
Resultado na alienação de ativos não classificados como ativos não correntes mantidos para venda		21.949	78.447	9.539	118.711
Resultado na alienação e despesas com ativos não correntes mantidos para venda não classificados como operações descontinuadas		20.434	23.045	98.623	82.531
Resultado Operacional Antes da Tributação		**3.423.588**	**5.084.474**	**11.527.626**	**11.689.270**
Impostos sobre a renda	12	(581.193)	(1.202.064)	(2.440.998)	(2.667.344)
Lucro Líquido do Período		**2.842.395**	**3.882.410**	**9.086.628**	**9.021.926**
Lucro atribuível à Controladora		2.784.303	3.828.204	8.896.051	8.865.071
Lucro atribuível às participações não-controladoras		58.092	54.206	190.577	156.855

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas Condensadas.

Demonstração Consolidada Condensada do Resultado Abrangente

	01/07 a 30/09/2026	01/07 a 30/09/2025	**01/01 a 30/09/2026**	01/01 a 30/09/2025
Lucro Líquido do Período	**2.842.395**	**3.882.410**	**9.086.628**	**9.021.926**
Outros Resultados Abrangentes que serão reclassificados subsequentemente para lucros ou prejuízos quando condições específicas forem atendidas:	**176.572**	**(272.926)**	**138.668**	**772.649**
Ativos Financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	**244.763**	**(286.510)**	**(79.579)**	**1.108.624**
Ativos Financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	406.215	(502.840)	(157.397)	2.269.599
Impostos	(161.452)	216.330	77.818	(1.160.975)
Hedges de fluxo de caixa	**(68.191)**	**13.584**	**218.247**	**(335.975)**
Ajuste ao valor justo	(130.030)	25.902	416.164	(640.653)
Impostos	61.839	(12.318)	(197.917)	304.678
Outros Resultados Abrangentes que não serão reclassificados para Lucro Líquido:	**11.521**	**(32.114)**	**38.426**	**871.943**
Planos de Benefícios Definidos	**-**	**(1.206)**	**21.790**	**893.123**
Planos de Benefícios Definidos	-	(1.206)	40.349	1.665.767
Impostos	-	-	(18.559)	(772.644)
Outros	**11.521**	**(30.908)**	**16.636**	**(21.180)**
Contratos de Previdência	19.201	(51.514)	26.389	(35.300)
Outros	-	-	802	-
Impostos	(7.680)	20.606	(10.555)	14.120
Total do Resultado Abrangente	**3.030.488**	**3.577.370**	**9.263.722**	**10.666.506**
Atribuível à controladora	2.972.396	3.523.164	9.073.145	10.509.651
Atribuível às participações não-controladoras	58.092	54.206	190.577	156.855
Total	**3.030.488**	**3.577.370**	**9.263.722**	**10.666.506**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas Condensadas.

Demonstração Consolidada Condensada das Mutações do Patrimônio Líquido

		Patrimônio líquido atribuível à Controladora													
	Nota Explicativa	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva de Lucros	Ações em tesouraria	Lucros Acumulados	Ativos financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	Planos de Benefícios Definidos	Ajustes de Conversão de Investimento no Exterior	Contratos de Previdência - IFRS 17	Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ganhos e Perdas-Hedge de Fluxo de Caixa e de Investimento	Total	Participações Não-Controladoras	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**65.000.000**	**630.011**	**61.453.920**	**(884.707)**	**—**	**(2.401.289)**	**(3.998.814)**	**859.370**	**(11.291)**	**(275.465)**	**(880.050)**	**119.491.685**	**335.447**	**119.827.132**
Total do Resultado Abrangente		**—**	**—**	**—**	**—**	**7.678.442**	**1.108.624**	**893.123**	**—**	**(21.180)**	**—**	**(335.975)**	**9.323.034**	**156.855**	**9.479.889**
Lucro Líquido Atribuível à Controladora		—	—	—	—	8.865.071	—	—	—	—	—	—	8.865.071	156.855	9.021.926
Outros Resultados Abrangentes		**—**	**—**	**—**	**—**	**(1.186.629)**	**1.108.624**	**893.123**	**—**	**(21.180)**	**—**	**(335.975)**	**457.963**	**—**	**457.963**
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (1)		—	—	—	—	—	1.108.624	—	—	—	—	—	1.108.624	—	1.108.624
Plano de Benefícios a Funcionários (2)	18.b.2	—	—	—	—	(1.186.629)	—	893.123	—	—	—	—	(293.506)	—	(293.506)
Contratos de Previdência		—	—	—	—	—	—	—	—	(21.180)	—	—	(21.180)	—	(21.180)
Ganhos e Perdas - Hedge de Fluxo de Caixa e de Investimento		—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	(335.975)	(335.975)	—	(335.975)
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio	11.b	—	—	—	—	(5.000.000)	—	—	—	—	—	—	(5.000.000)	—	(5.000.000)
Remuneração baseada em ações		—	(71.237)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	(71.237)	—	(71.237)
Ações em Tesouraria	11.d	—	—	—	163.160	—	—	—	—	—	—	—	163.160	—	163.160
Dividendos Prescritos	11.d	—	—	33.699	—	—	—	—	—	—	—	—	33.699	—	33.699
Outros		**—**	**—**	**(88.269)**	**—**	**—**	**—**	**—**	**—**	**—**	**—**	**—**	**(88.269)**	**804.884**	**716.615**
Venda / Incorporação / Aquisição		—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	687.787	687.787
Outros		—	—	(88.269)	—	—	—	—	—	—	—	—	(88.269)	117.097	28.828
Destinações:															
Reserva para equalização de dividendos		—	—	2.678.442	—	(2.678.442)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Saldos em 30 de setembro de 2025		**65.000.000**	**558.774**	**64.077.792**	**(721.547)**	**—**	**(1.292.665)**	**(3.105.691)**	**859.370**	**(32.471)**	**(275.465)**	**(1.216.025)**	**123.852.072**	**1.297.186**	**125.149.258**
Mutações no Período		**—**	**(71.237)**	**2.623.872**	**163.160**	**—**	**1.108.624**	**893.123**	**—**	**(21.180)**	**—**	**(335.975)**	**4.360.387**	**961.739**	**5.322.126**

(1) Inclui os efeitos da classificação relativa à alteração no modelo de negócios (Nota 1.C4).

(2) As perdas permanentes associadas a Planos de Benefício foram transferidas para Lucros e prejuízos acumulados.

As reservas são distribuídas de acordo com os critérios societários da legislação local.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas Condensadas.

		Patrimônio líquido atribuível à Controladora													
	Nota Explicativa	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva de Lucros	Ações em tesouraria	Lucros Acumulados	Ativos financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	Planos de Benefícios Definidos	Ajustes de Conversão de Investimento no Exterior	Contratos de Previdência - IFRS 17	Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ganhos e Perdas- Hedge de Fluxo de Caixa e de Investimento	Total	Participações Não-Controladoras	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2025		**65.000.000**	**630.238**	**65.370.910**	**(719.560)**	**-**	**(1.256.323)**	**(3.235.202)**	**859.370**	**(12.450)**	**(275.465)**	**(1.187.988)**	**125.173.530**	**1.379.614**	**126.553.144**
Total do Resultado Abrangente		**-**	**-**	**-**	**-**	**8.882.923**	**(86.308)**	**21.790**	**-**	**15.834**	**802**	**218.247**	**9.053.288**	**190.577**	**9.243.865**
Lucro Líquido Atribuível à Controladora		-	-	-	-	8.896.051	-	-	-	-	-	-	8.896.051	190.577	9.086.628
Outros Resultados Abrangentes		**-**	**-**	**-**	**-**	**(13.128)**	**(86.308)**	**21.790**	**-**	**15.834**	**802**	**218.247**	**157.237**	**-**	**157.237**
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes		-	-	-	-	-	(86.308)	-	-	-	-	-	(86.308)	-	(86.308)
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	-	(13.128)	-	21.790	-	-	-	-	8.662	-	8.662
Contratos de Previdência		-	-	-	-	-	-	-	-	15.834	-	-	15.834	-	15.834
Ganhos e Perdas - Hedge de Fluxo de Caixa e de Investimento		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	218.247	218.247	-	218.247
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial – Outros		-	-	-	-	-	-	-	-	-	802	-	802	-	802
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio	11.b	-	-	-	-	(6.000.000)	-	-	-	-	-	-	(6.000.000)	-	(6.000.000)
Remuneração baseada em ações	11.d	-	(35.108)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(35.108)	-	(35.108)
Ações em Tesouraria	11.d	-	-	-	230.786	-	-	-	-	-	-	-	230.786	-	230.786
Dividendos Prescritos		-	-	22.435	-	-	-	-	-	-	-	-	22.435	-	22.435
Outros		**-**	**-**	**(130.842)**	**-**	**262**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(130.580)**	**441.920**	**311.340**
Outros		-	-	(130.842)	-	262	-	-	-	-	-	-	(130.580)	441.920	311.340
Destinações:															
Reserva para equalização de dividendos		-	-	2.883.185	-	(2.883.185)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de setembro 2026		**65.000.000**	**595.130**	**68.145.688**	**(488.774)**	**-**	**(1.342.631)**	**(3.213.412)**	**859.370**	**3.384**	**(274.663)**	**(969.741)**	**128.314.351**	**2.012.111**	**130.326.462**
Mutações no Período		**-**	**(35.108)**	**2.774.778**	**230.786**	**-**	**(86.308)**	**21.790**	**-**	**15.834**	**802**	**218.247**	**3.140.821**	**632.497**	**3.773.318**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas Condensadas.

Demonstração Consolidada Condensada dos Fluxos de Caixa

	Nota Explicativa	01/01 a 30/09/2026	01/01 a 30/09/2025
1. Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro Líquido do Período		**9.086.628**	**9.021.926**
Ajustes ao Lucro		**19.721.482**	**18.033.375**
Depreciação do Ativo Tangível	6.a	727.770	839.869
Amortização do Ativo Intangível		1.253.879	1.136.525
Perdas com Outros Ativos (Líquidas)		222.052	255.209
Provisões (Líquidas)		4.657.780	3.559.417
Perdas com Ativos Financeiros (Líquidas)		22.038.561	23.908.549
Ganhos Líquidos na Alienação do Ativo Tangível, Investimentos e Ativos Não Correntes Mantidos para Venda		(108.162)	(201.242)
Participação no Resultado de Equivalência Patrimonial	5.b	(332.429)	(322.653)
Tributos Diferidos		(3.017.192)	(3.779.893)
Atualização de Depósitos Judiciais		(410.787)	(553.205)
Atualização de Impostos a Compensar		(731.631)	(380.057)
Efeitos das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		(995)	(382)
Efeitos das Mudanças das Taxas de Câmbio em Ativos e Passivos		(4.678.262)	(6.419.681)
Outros		100.898	(9.081)
(Aumento) Decréscimo Líquido nos Ativos Operacionais		**(19.657.207)**	**(23.462.198)**
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado		(23.956.470)	(44.088.594)
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo Por Meio de Outros Resultados Abrangentes		5.169.111	24.437.597
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		17.795.563	1.604.462
Outros Ativos		(18.665.411)	(5.415.663)
Aumento (Decréscimo) Líquido nos Passivos Operacionais		**69.902.959**	**26.359.786**
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado		(27.206.318)	24.176.203
Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		90.663.085	(3.252.550)
Outros Passivos		6.446.192	5.436.133
Imposto Pago	**12**	**(3.697.438)**	**(5.125.816)**
Total do Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais (1)		**75.356.424**	**24.827.073**
2. Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Investimentos		**(4.050.781)**	**(2.558.365)**
Aumento em Participações		-	(7.500)
Ativo Imobilizado (tangível)		(1.795.305)	(757.127)
Ativo Intangível		(1.477.933)	(1.385.519)
Ativos não Correntes Mantidos para Venda		(777.543)	(408.219)
Alienação		**828.347**	**843.981**
Ativo Tangível		240.476	679.666
Ativo Intangível		91.262	113.383
Ativos não Correntes Mantidos para Venda		496.609	50.932
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos		162.785	4.595.115
Total do Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimento (2)		**(3.059.650)**	**2.880.731**
3. Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Aquisição (Alienação) de Ações Próprias	11.d	230.786	163.160
Emissão (Recompra) de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital		2.822.500	-
Emissão de Outros Passivos Financeiros Exigíveis a Longo Prazo		167.784.767	62.905.817
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos		(5.468.461)	(7.621.812)
Pagamentos de Outros Passivos Financeiros Exigíveis a Longo Prazo		(174.738.589)	(59.567.003)
Pagamentos de Juros dos Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital		(1.410.570)	(1.070.620)
Aumento (Decréscimo) em Participações Não-controladoras		-	687.787
Total do Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento (3)		**(10.779.567)**	**(4.502.671)**
Variação Cambial sobre Caixa e Equivalentes de Caixa (4)		**995**	**382**
Aumento (Redução) Líquido(a) nas Disponibilidades (1+2+3+4)		**61.518.202**	**23.205.515**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período		**73.272.606**	**67.200.905**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período		**134.790.808**	**90.406.420**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas Condensadas.

1. Contexto operacional, apresentação das demonstrações financeiras consolidadas condensadas e outras informações

a) Contexto Operacional

O Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco), controlado direta e indiretamente pelo Banco Santander, S.A., com sede na Espanha (Banco Santander Espanha), é a instituição líder dos Conglomerados Financeiro e Prudencial perante o Banco Central do Brasil (Bacen), constituído na forma de sociedade por ações, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2041 – CJ 281, Bloco A, Cond. Wtorre JK - Vila Nova Conceição – São Paulo – SP – CEP 04543-011. O Banco Santander opera como banco múltiplo e desenvolve suas operações por intermédio das carteiras comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil e de câmbio. Através de empresas controladas, atua também nos mercados de instituição de pagamento, administração de consórcios, corretagem de valores mobiliários, corretagem de seguros, financiamento ao consumo, plataformas digitais, gestão de benefícios, gestão e recuperação de créditos não performados, capitalização e previdência privada, e fornecimento e administração de vales alimentação, refeição e outros. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. Os benefícios e custos correspondentes aos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas e são realizados no curso normal dos negócios e em condições comutativas.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das Demonstrações Financeiras consolidadas condensadas para o período findo em 30 de setembro de 2026, na reunião realizada em 27 de outubro de 2026.

As referidas Demonstrações Financeiras Consolidadas Condensadas foram objeto de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander.

b) Apresentação das Demonstrações financeiras consolidadas condensadas (preparadas de acordo com o IAS 34)

As Demonstrações Financeiras Consolidadas Condensadas foram elaboradas de acordo com o IAS 34 Relatório Financeiro Intermediário. Todas as informações relevantes especificamente relacionadas a estas Demonstrações Financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem as informações utilizadas pelo Banco Santander em sua administração. Não há alteração de práticas e políticas aplicáveis entre as Demonstrações Financeiras Consolidadas Condensadas e as Demonstrações Financeiras que estão publicadas no site de RI, com a data base de 31 de dezembro de 2025.

c) Outras Informações

c.1) Novas normas e interpretações em vigor em exercícios futuros

· **IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** Substitui o IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras. A IFRS 18 introduz novos subtotais e três categorias para receitas e despesas (operacionais, de investimento e de financiamento) na estrutura da demonstração de resultados. Também requer que as empresas divulguem explicações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração relacionadas à demonstração de resultados.

Estas alterações são efetivas para os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027. O Santander está avaliando os impactos desta alteração.

· **IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações:** que permite a uma subsidiária fornecer divulgações reduzidas ao aplicar as Normas de Contabilidade IFRS nas suas demonstrações financeiras. A IFRS 19 é opcional para as subsidiárias elegíveis e estabelece os requisitos de divulgação para as subsidiárias que optarem por aplicá-la. A nova norma é eficaz para os períodos de comunicação com início em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a aplicação anterior. O Santander está avaliando os impactos desta alteração.

· **IFRS 20** – Ativos Regulatórios e Passivos Regulatórios: que estabelece requisitos para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de ativos e passivos regulatórios decorrentes de determinados tipos de regulação tarifária. A norma tem como objetivo fornecer informações mais relevantes e comparáveis sobre os efeitos da regulação tarifária nas demonstrações financeiras das entidades sujeitas a esse ambiente regulatório. A Administração não espera impactos materiais decorrentes da adoção dessa norma.

· **Alterações à IAS 28** – Investimentos em Coligadas e Joint Ventures: esclarece a aplicação da opção de mensuração ao valor justo para determinados investimentos em coligadas e joint ventures por entidades elegíveis. As alterações visam promover maior consistência na aplicação da norma e reduzir divergências observadas na prática. Administração não espera impactos materiais decorrentes da adoção dessa norma.

c.2) Estimativas utilizadas

Os resultados consolidados e a apuração do patrimônio consolidado são impactados por políticas contábeis, premissas, estimativas e métodos de mensuração utilizados pelos administradores do Banco na elaboração das demonstrações financeiras. O Banco faz estimativas e premissas que afetam os valores informados de ativos e passivos dos períodos futuros. Todas as estimativas e premissas requeridas, em conformidade com os IFRS, são a melhor estimativa da administração de acordo com a norma aplicável.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as estimativas são feitas pela Administração do Banco e das entidades consolidadas em ordem para quantificar certos ativos, passivos, receitas e despesas e divulgações de notas explicativas.

c.2.1) Estimativas críticas

As estimativas e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos saldos contábeis de certos ativos, passivos, receitas e despesas e nas divulgações de notas explicativas, estão descritas abaixo:

i. Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e os que não são mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação.

Os ativos e passivos financeiros são posteriormente mensurados, no fim de cada período, mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da Administração com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço.

O Banco Santander classifica as mensurações ao valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete o modelo utilizado no processo de mensuração, segregando os instrumentos financeiros entre os Níveis I, II ou III.

A **Nota 17 e 18.c** das Demonstrações Financeiras Consolidadas Condensadas de 30 de setembro de 2026, apresentam a prática contábil e análise de sensibilidade para os Instrumentos Financeiros.

ii. Provisões para perdas sobre créditos por redução ao valor recuperável

O valor contábil de ativos financeiros não recuperáveis é ajustado por meio do registro de uma provisão para perda a débito de "Perdas com ativos financeiros (líquidas) – Ativos Financeiros mensurados ao custo amortizado" na demonstração consolidada condensada do resultado. A reversão de perdas previamente registradas é reconhecida na demonstração consolidada condensada do resultado no período em que a redução ao valor recuperável diminuir e puder ser relacionada objetivamente a um evento de recuperação.

Para medir individualmente a perda por redução ao valor recuperável de empréstimos avaliados quanto a redução ao valor recuperável, o Banco considera as condições da contraparte, tais como sua situação econômica e financeira, nível de endividamento, capacidade de geração de renda, fluxo de caixa, administração, governança corporativa e qualidade de controles internos, histórico de pagamentos, experiência no setor, contingências e limites de crédito, bem como características de ativos, como sua natureza e finalidade, tipo, suficiência e garantias de nível de liquidez e valor total de crédito, e também com base na experiência histórica de redução ao valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação.

Para medir a perda por redução ao valor recuperável de empréstimos avaliados coletivamente quanto à redução ao valor recuperável, o Banco separa os ativos financeiros em grupos levando em consideração as características e similaridades de risco de crédito, ou seja, de acordo com o segmento, tipo de ativos, garantias e outros fatores associados à experiência histórica de redução ao valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação.

iii. Obrigações para fundos de pensão

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por empresa especializada, ao final de cada exercício, com vigência para o período subsequente e são reconhecidos na demonstração consolidada condensada do resultado nas linhas de Despesas com juros e similares e Provisões (líquidas).

O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos correntes e passados.

iv. Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões para os processos judiciais e administrativos são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos.

v. Ágio

Ágio (goodwill) é um ativo gerado em combinações de negócios e na aquisição de participações societárias, representando os benefícios econômicos futuros esperados decorrentes de ativos que não podem ser individualmente identificados e reconhecidos separadamente. Em geral, corresponde ao valor pago que excede o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. O ágio não é amortizado, mas está sujeito a testes periódicos de recuperabilidade (impairment).

O ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade, pelo menos uma vez ao ano ou em menor período, no caso de alguma indicação de redução do valor recuperável do ativo.

A base utilizada para o teste de recuperabilidade é o valor em uso e, para este efeito, é estimado o fluxo de caixa para um período mínimo de 5 anos. O fluxo de caixa foi preparado considerando vários fatores, como: (i) projeções macroeconômicas de taxa de juros, inflação, taxa de câmbio e outras; (ii) comportamento e estimativas de crescimento do sistema financeiro nacional; (iii) aumento dos custos, retornos, sinergias e plano de investimentos; (iv) comportamento dos clientes; e (v) taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade. A adoção dessas estimativas envolve a probabilidade de ocorrência de eventos futuros e a alteração de algum destes fatores poderia ter um resultado diferente. A estimativa do fluxo de caixa é baseada em avaliação preparada por empresa especializada independente, anualmente ou sempre que houver indícios de redução ao seu valor de recuperação, a qual é revisada e aprovada pela Administração.

vi. Expectativa de realização de créditos tributários de IR e CS

Ativos e passivos fiscais diferidos incluem diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera recuperar ou pagar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases de cálculo, e créditos de prejuízos fiscais e a base negativa da CSLL acumulados. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado. Ativos fiscais diferidos somente são reconhecidos para diferenças temporárias na medida em que seja considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados.
Outros ativos fiscais diferidos (créditos de prejuízos fiscais acumulados) somente são reconhecidos se for considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes para que possam ser utilizados. Os ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos são revistos na data de cada balanço patrimonial, realizando-se os ajustes apropriados com base nas constatações das análises realizadas. A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos do Banco está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

c.3) Alteração na estratégia de negócios

No primeiro trimestre de 2025, o Banco Santander alterou sua forma de gerir parte da carteira de títulos públicos pré e pós-fixados, instrumentos financeiros integrantes de sua carteira denominada ALCO (assets and liability management). A nova estratégia está baseada em um perfil de investimento de longo prazo, visando garantir maior estabilidade financeira, evitando volatilidade no patrimônio líquido do Banco (inclusive para fins prudenciais). De acordo com essa estratégia, o Banco Santander possui intenção e capacidade de manter referidos títulos até seus respectivos vencimentos.

A Administração adotou a classificação contábil de Custo Amortizado (CA) para parte da carteira ALCO, a qual melhor reflete o objetivo da estratégia do modelo de negócio (nota 3.a).

2. Base para consolidação

Abaixo estão destacadas as entidades controladas, diretas e indiretas, e fundos de investimento incluídos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas Condensadas do Banco Santander. Informações semelhantes sobre as empresas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial pelo Banco são fornecidas na **Nota 5**.

		Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas (Mil)		30/09/2026	
Investimentos	**Ramo de Atividade**	**Ações Ordinárias e Cotas**	**Ações Preferenciais**	**Participação Direta**	**Participação Consolidada**
Controladas do Banco Santander					
Santander Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A.	Financeira	50.159	—	100,00%	100,00%
Return Capital Gestão de Ativos e Participações S.A.	Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	486.010	—	100,00%	100,00%
Em Dia Serviços Especializados em Cobrança Ltda.	Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	257.306	—	100,00%	100,00%
Rojo Entretenimento S.A.	Serviços	7.417	—	94,60%	94,60%
Sanb Promotora de Vendas e Cobrança Ltda.	Serviços de Meios Digitais	71.181	—	100,00%	100,00%
Sancap Investimentos e Participações S.A.	Holding	23.538.159	—	100,00%	100,00%
Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda.	Consórcio	372.186	—	100,00%	100,00%
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	Corretora de Valores	14.067.673	14.067.673	100,00%	100,00%
Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A.	Corretora de Seguros	7.184	—	100,00%	100,00%
F1RST Tecnologia e Inovação Ltda.	Serviços de Tecnologia	241.941	—	100,00%	100,00%
Pulse Client Expert Ltda.	Serviços de Call Center	75.050	—	100,00%	100,00%
Tools Soluções e Serviços Compartilhados Ltda.	Serviços	545.236	—	100,00%	100,00%
Banco Bandepe S.A.	Banco	3.589	—	100,00%	100,00%
Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Santander DTVM)	Distribuidora	610	—	100,00%	100,00%
Controladas da Santander Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A.					
Banco Hyundai Capital Brasil S.A.	Banco	150.000	—	50,00%	50,00%
Controladas da Sancap Investimentos e Participações S.A.					
Santander Capitalização S.A.	Capitalização	64.615	—	100,00%	100,00%
Evidence Previdência S.A.	Previdência	42.819.564	—	100,00%	100,00%
Controlada da Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.					
Santander Corretora de Títulos e de Valores Mobiliários Ltda.	Corretora de Valores	43.044	—	100,00%	100,00%
Santander Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A					
Santander Investimentos Sociedade Prestadora de Serviços de Ativos Virtuais S.A.	Investimentos	289.362	—	86,77%	86,77%
Controlada em Conjunto da Sancap Investimentos e Participações S.A.					
Santander Auto S.A.	Seguradora	22.452	—	50,00%	50,00%

Fundos de Investimentos Consolidados:

- Santander Fundo de Investimento Amazonas Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Amazonas);
- Santander Fundo de Investimento Diamantina Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Diamantina);
- Santander Fundo de Investimento Guarujá Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Guarujá);
- Santander SBAC II Renda Fixa Curto Prazo;
- Venda de Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (Venda de Veículos FIDC) (1);
- Santander FI Hedge Strategies Fund (Santander FI Hedge Strategies);
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisegmentos NPL Ipanema VI - Não Padronizado (Fundo Investimento Ipanema NPL VI) (2);
- Santander Hermes Multimercado Crédito Privado Infraestrutura Fundo de Investimentos;
- Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Atacado – Não Padronizado (2);
- Atual - Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior;
- Getnet Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios;
- Agro Flex Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (Santander Flex Fundo de Investimento Direitos Creditórios) (2);
- Sainte Julie Fundo De Investimento Em Direitos Creditórios Não-Padronizados Responsabilidade Limitada;
- D365 – Fundo De Investimento em Direitos Creditórios (2);
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Tellus;
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Precato IV (2);

- Santander Hera Renda Fixa Fundo Incentivado de Investimento em Infraestrutura Responsabilidade Limitada;
- San Preca Federal I Fundo De Investimento em Direitos Creditórios - Responsabilidade Limitada;
- Fundo De Investimento Em Direitos Creditórios Conretorno - Responsabilidade Limitada;
- Ararinha Fundo de Investimento em Renda Fixa Longo Prazo;
- Hyundai Fundo de Investimento em Direitos Creditórios;
- Santander Módulo MX III Renda Fixa Referenciado DI CIC FIF RESP Limitada;
- Santander Módulo SINQIA Renda Fixa Referenciado DI - CIC FIF RESP Limitada;
- Santander Módulo SINQIA II Renda Fixa Referenciado DI - CIC FIF RESP Limitada;
- Santander Módulo SINQIA III Renda Fixa Referenciado DI - CIC FIF RESP Limitada;
- Terras Fundo de Investimento nas Cadeias Produtivas do Agronegocio - Fiagro - Resp Limitada; e
- Atena Fundo De Investimento Em Direitos Creditórios Segmento Infraestrutura De Responsabilidade Limitada.

(1) A Renault montadora (entidade não pertencente ao Conglomerado Santander) vende suas duplicatas ao Fundo. Este Fundo compra exclusivamente duplicatas da Renault montadora. Por sua vez, o Banco RCI Brasil S.A. detém 100% dessas cotas.
(2) Fundo controlado pela Santander Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

Adicionalmente, foi consolidada a entidade Vert-11 Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros, pois o Banco Santander tem controle total sobre seus ativos.

a) Incorporação de Ações da Santander CTVM pela Santander DTVM

Em 30 de junho de 2026, foram realizadas as Assembleias Gerais Extraordinárias da Santander Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Santander CTVM") e da Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Santander DTVM"), que aprovaram a incorporação das ações de emissão da Santander CTVM detidas pelo Banco Santander (Brasil) S.A. pela Santander DTVM. Com isso houve o aumento do capital social da Santander DTVM e emissão de novas ações para o Banco Santander (Brasil) S.A., totalizando o valor de R$ 191MM.

b) Incorporação da Esfera Fidelidade pelo Banco Santander (Brasil) S.A.

Em 30 de junho de 2026, a Esfera Fidelidade S.A. (“Esfera”) foi incorporada totalmente tendo seu patrimônio absorvido por sua controladora direta, o Banco Santander (Brasil) S.A. (“Santander Brasil”). A incorporação total da Esfera não implicou um aumento de capital social do Santander Brasil, uma vez que a totalidade das ações de emissão da Esfera era detida pelo Santander Brasil e, portanto, o seu valor já era refletido em conta de investimento por equivalência.

c) Santander Financiamento firma Contrato para a aquisição de 49% de participação societária na Loop Gestão de Pátios S.A.

Em 22 de junho de 2026, a Santander Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (“Santander Financiamento”), de um lado, e Loop AC Participações Ltda. e Allpark Empreendimentos, Participações e Serviços S.A., de outro lado, formalizaram um contrato de compra e venda de participação societária com vistas a aquisição, pela Santander Financiamento, de 49% do capital social total e votante da Loop Gestão de Pátios S.A. (“Loop”). O grupo Santander já detinha participação indireta na Loop por meio da Webmotors S.A. (“Webmotors”) e, com a operação, passará a deter também participação direta na companhia. A efetivação da operação está sujeita à celebração dos instrumentos definitivos e à implementação de determinadas condições usuais nesse tipo de transação, incluindo as aprovações regulatórias aplicáveis.

d) Incorporação da Santander Holding Imobiliária e Solution 4Fleet

Em 30 de abril de 2026, foi aprovada a incorporação da Santander Holding Imobiliária S.A. (“SHI”) e da Solution 4Fleet Consultoria Empresarial S.A. (“S4F”) pela Tools Soluções e Serviços Compartilhados Ltda. (“Tools”) para simplificar a estrutura societária, unificar processos contábeis e reduzir custos operacionais do Santander Brasil.

e) Banco Santander firma Contrato para a aquisição de 100% de participação societária de novas SPEs

Em 08 de abril de 2026, o Banco Santander (Brasil) S.A. obteve a aprovação do Banco Central do Brasil para a aquisição de 100% do capital social, total e votante, da BREF III Empreendimentos Imobiliários 4 S.A., BREF III Empreendimentos Imobiliários 5 S.A. e BREF III Empreendimentos Imobiliários 6 S.A., nos termos do contrato de compra e venda de ações firmado com o BREF III Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia – Responsabilidade Limitada. As referidas sociedades são titulares dos imóveis que compõem o Campus JK, onde será desenvolvido o empreendimento imobiliário destinado à nova sede do Santander. A efetivação da operação permanece sujeita à celebração dos instrumentos definitivos e à verificação de determinadas condições usuais nesse tipo de transação, incluindo a conclusão das obras e a obtenção do “Habite-se”.

f) Alienação da totalidade da sua participação societária na Galgo Sistemas de Informações S.A.

Em 20 de março de 2025, o Banco Santander (Brasil) S.A. e demais acionistas realizaram a assinatura de determinados documentos estabelecendo os termos e condições da compra e venda das ações representativas da totalidade do capital social total e votante da Galgo

Sistemas de Informações S.A. para a RTM – Rede de Telecomunicações para o Mercado Ltda. ("Operação"). Em 07 de maio de 2025, com a conclusão da Operação, o Banco Santander (Brasil) S.A. deixou de deter participação acionária da Galgo Sistemas de Informações S.A.

g) Alienação da totalidade da participação societária detida na Summer Empreendimentos Ltda.

Em 24 de fevereiro de 2025, a Santander Holding Imobiliária S.A. ("SHI") e o Banco Santander (Brasil) S.A. realizaram a assinatura de determinados documentos estabelecendo os termos e condições de compra e venda das quotas representativas da totalidade do capital social da Summer Empreendimentos Ltda ("Summer"). com a RFM-E Ltda. ("Operação"). Em 29 de setembro de 2025, com a conclusão da Operação, o Banco Santander (Brasil) S.A. e a SHI deixaram de deter participação societária na Summer Empreendimentos Ltda.

3. Ativos Financeiros

a) Classificação por natureza e categoria

A classificação por natureza e categoria para fins de avaliação dos ativos do Banco, exceto saldos relacionados com "Disponibilidades" e "Derivativos utilizados como Hedge", em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025 está demonstrada abaixo:

				30/09/2026
	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	Ativos Financeiros mensurados ao Custo Amortizado	Total
Reservas no Banco Central do Brasil	**144.387.003**	**-**	**98.803.104**	**243.190.107**
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito, líquidos	**-**	**-**	**50.884.524**	**50.884.524**
Sendo:				
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito, bruto	-	-	50.885.289	50.885.289
Perda esperada (Nota 3-b.2)	-	-	(765)	(765)
Empréstimos e adiantamentos a clientes, líquidos	**4.835.211**	**-**	**545.120.932**	**549.956.143**
Sendo:				
Empréstimos e adiantamentos a clientes, brutos (1)	4.835.211	-	582.726.697	587.561.908
Perda esperada (Nota 3-b.2)	-	-	(37.605.765)	(37.605.765)
Instrumentos de dívida, líquidos	**98.232.329**	**64.335.992**	**124.728.368**	**287.296.689**
Sendo:				
Instrumentos de dívida, bruto (2)	98.232.329	64.335.992	128.995.719	291.564.040
Perda esperada (Nota 3-b.2)	-	-	(4.267.351)	(4.267.351)
Instrumentos de patrimônio	**5.349.891**	**11**	**-**	**5.349.902**
Derivativos	**29.759.908**	**-**	**-**	**29.759.908**
Total	**282.564.342**	**64.336.003**	**819.536.928**	**1.166.437.273**

				31/12/2025
	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	Ativos Financeiros mensurados ao Custo Amortizado	Total
Reservas no Banco Central do Brasil	**89.994.937**	**-**	**91.754.315**	**181.749.252**
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito, líquidos	**-**	**-**	**35.947.923**	**35.947.923**
Sendo:				
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito, bruto	-	-	35.948.849	35.948.849
Perda esperada (Nota 3-b.2)	-	-	(926)	(926)
Empréstimos e adiantamentos a clientes, líquidos	**6.413.587**	**-**	**558.134.969**	**564.548.556**
Sendo:				
Empréstimos e adiantamentos a clientes, brutos (1)	6.413.587	-	595.626.402	602.039.989
Perda esperada (Nota 3-b.2)	-	-	(37.491.433)	(37.491.433)
Instrumentos de dívida, líquidos	**95.546.026**	**69.354.220**	**114.708.615**	**279.608.861**
Sendo:				
Instrumentos de dívida, bruto	95.546.026	69.354.220	117.910.438	282.810.684
Perda esperada (Nota 3-b.2)	-	-	(3.201.823)	(3.201.823)

Instrumentos de patrimônio	**4.862.393**	**92.363**	**-**	**4.954.756**
Derivativos	**65.590.206**	**-**	**-**	**65.590.206**
Total	**262.407.149**	**69.446.583**	**800.545.822**	**1.132.399.554**

(1) Em 30 de setembro de 2026, o saldo registrado em "Empréstimos e adiantamentos a clientes" referente a operações da carteira de crédito cedida é de R$22.036 (31/12/2025 – R$16.768).

(2) No 2º trimestre de 2025 uma parcela de títulos da carteira ALCO, no montante equivalente a R$ 23.190 milhões, passou a ser classificada na categoria de Ativos Financeiros mensurados ao custo amortizado (nota 1.c.4) gerando uma reversão dos ajustes de marcações a mercado sobre os títulos reclassificados impactando positivamente o patrimônio líquido em R$ 514 milhões líquidos dos efeitos fiscais (R$ 934 milhões bruto) na época.

b) Ajustes de avaliação decorrentes de perda esperada dos ativos financeiros

b.1) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes

Conforme indicado na nota explicativa nº 2 às Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco referentes ao período findo em 30 de setembro de 2026, as variações no valor contábil de ativos e passivos financeiros são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado e exceto no caso de ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, em que as variações no valor justo são reconhecidas temporariamente no patrimônio líquido consolidado, em "Outros resultados abrangentes".

Os débitos ou créditos em "Outros Resultados Abrangentes" provenientes das variações ao valor justo, permanecem no patrimônio líquido consolidado do Banco até que os respectivos ativos sejam baixados, quando então são reconhecidos na demonstração Consolidada do resultado. Como parte do processo de mensuração ao valor justo, quando há evidência, de perdas no valor recuperável desses instrumentos, os valores deixam de ser reconhecidos no patrimônio líquido sob a rubrica "Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo por meio de Outros resultados abrangentes" e são reclassificados para a Demonstração Consolidada do Resultado pelo valor cumulativo naquela data.

Em 30 de setembro de 2026 o Banco analisou as variações no valor justo dos diversos ativos que compõem essa carteira e concluiu que, nessa data, não houve diferenças significativas cuja origem poderia ser considerada como decorrentes de perdas esperadas. Consequentemente, a totalidade das variações no valor justo desses ativos está apresentada em "Outros Resultados Abrangentes", sendo as movimentações ocorridas no período intermediário reconhecidas na respectiva demonstração consolidada.

b.2) Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado - Empréstimos, outros valores com instituições de crédito, adiantamentos a clientes e Instrumento de Dívida

As variações nas provisões para perdas esperadas dos ativos incluídos em "Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado - Empréstimos, Outros Valores com Instituições de Crédito, Adiantamentos a Clientes e Instrumento de Dívida" (1) nos períodos findos em 30 de setembro de 2026 e de 2025 foram as seguintes:

	01/01 a 30/09/2026	01/01 a 30/09/2025
Saldo no início do período	**40.694.182**	**35.668.907**
Constituição (Reversão) para perdas com ativos financeiros	18.285.868	22.877.971
Baixa dos saldos não recuperáveis contra provisão para perdas registradas	(16.811.851)	(19.000.249)
Variação Cambial	(294.320)	(25.389)
Saldo no final do período (Nota 3.a)	**41.873.879**	**39.521.240**
Provisões para compromissos contingentes	816.750	518.958
Total da provisão para perdas esperadas, incluindo provisões para compromissos contingentes decorrentes desses ativos	**42.690.629**	**40.040.198**
Recuperações de empréstimos baixados para prejuízo	**798.563**	**1.141.784**
Desconto Concedido	**(4.551.256)**	**(2.172.362)**

(1) Inclui Provisão para Perdas de Contratos de garantias Financeiras Prestadas.

Considerando os valores reconhecidos em "Constituição (Reversão) para perdas com ativos financeiros", "Recuperações de empréstimos baixados para prejuízo" e "Desconto Concedido" totalizam R$22.038.561 e R$23.908.549 nos períodos findos em 30 de setembro de 2026 e de 2025, respectivamente.
Considerando o plano de atualização dos modelos de apuração da provisão para perda esperada, o saldo reconhecido de provisão complementar (*Post Model Adjustment*) é de R$1.342 milhões em 30 de setembro de 2026, para atender a atualização dos parâmetros macroeconômicos e outros parâmetros relevantes dos modelos de cálculo de provisão para perda esperada do Banco, em conformidade com o IFRS 9. Essa atualização resultou em níveis mais elevados de provisão, refletindo a incorporação, nos modelos, de perspectivas macroeconômicas mais desafiadoras e de seus potenciais impactos sobre o risco de crédito e as perdas esperadas.

c) Ativos não recuperáveis

Um ativo financeiro é considerado não recuperável quando há prova objetiva da ocorrência de eventos que: (i) ocasionem um impacto adverso sobre os fluxos de caixa futuros estimados na data da transação, no caso de instrumentos de dívida (empréstimos e títulos de dívida); (ii) signifiquem que seu valor contábil não pode ser integralmente recuperado, no caso de instrumentos de patrimônio; (iii) decorrentes da violação de cláusulas ou termos de empréstimos, e (iv) por ocasião do processo de falência.
Os detalhes das variações no saldo dos ativos financeiros classificados como "Empréstimos, adiantamentos a clientes e Instrumentos de Dívida" considerados como não recuperáveis devido ao risco de crédito nos períodos findos em 30 de setembro de 2026 e de 2025 são os seguintes:

	01/01 a 30/09/2026	01/01 a 30/09/2025
Saldo no início do período	**48.899.708**	**42.242.354**
Adições	24.412.574	14.703.437
Baixa dos saldos não recuperáveis contra provisão para perdas registradas	(17.590.683)	(11.352.087)
Saldo no final do período	**55.721.599**	**45.593.704**

d) Provisões para Perdas de Contratos de Garantias Financeiras Prestadas

O IFRS 9 requer que seja registrada a provisão para perdas de crédito esperadas para contratos de garantias financeiras prestadas, que ainda não tenham sido honradas. Deverá ser mensurada e contabilizado à despesa de provisão que reflita o risco de crédito no caso de garantias honradas e o cliente avalizado não cumprir com suas obrigações contratuais. Abaixo consta a movimentação dessas provisões para os períodos findos em 30 de setembro de 2026 e de 2025.

	01/01 a 30/09/2026	01/01 a 30/09/2025
Saldo no início do período	**787.837**	**440.113**
Constituição (Reversão) de provisão para perdas de contratos de garantias financeiras prestadas	28.913	77.234
Saldo no final do período	**816.750**	**517.347**

4. Ativos não correntes mantidos para venda

Ativos não correntes mantidos para venda inclui bens ativos não de uso.

5. Participações em Coligadas e Empreendimento em Conjunto

Controle Conjunto

O Banco Santander e suas controladas consideram os investimentos classificados como controle conjunto quando possuem acordo de acionistas nos quais define que as decisões estratégicas, financeiras e operacionais exigem o consentimento unânime de todos os investidores.

Influência Significativa

Coligadas são entidades nas quais o Banco tem condições de exercer influência significativa (influência significativa é o poder de participar das decisões de políticas financeiras e operacionais da investida) mas não controla nem detém controle conjunto.

a) Composição

			Participação em %	
	Atividade	**País**	**30/09/2026**	31/12/2025
Controle conjunto do Banco Santander				
Banco RCI Brasil S.A.	Banco	Brasil	39,89%	39,89%
Gestora de Inteligência de Crédito (1)	Birô de Crédito	Brasil	15,56%	15,56%
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros				
Hyundai Corretora de Seguros	Corretora de Seguros	Brasil	50,00%	50,00%
Controlada da Webmotors S.A.				
Loop Gestão de Pátios S.A. (Loop)	Prestação de Serviços	Brasil	51,00%	51,00%
Car10 Tecnologia e Informação S.A.	Tecnologia	Brasil	66,67%	66,67%
Controlada da Car10 Tecnologia e Informação S.A.				
Pag10 Fomento Mercantil Ltda.	Tecnologia	Brasil	100,00%	100,00%
Controlada da Tecnologia Bancária S.A				
Tbnet Comércio, Locação e Administração Ltda. (Tbnet)	Outras Atividades	Brasil	100,00%	100,00%
TecBan Serviços Integrados Ltda.	Outras Atividades	Brasil	100,00%	100,00%
Controlada da Tbnet				
Tbforte Segurança e Transporte de Valores Ltda. (Tbforte)	Outras Atividades	Brasil	100,00%	100,00%
Influência Significativa do Banco Santander				
CIP S.A. (Núclea S.A.)	Outras Atividades	Brasil	17,53%	17,53%
Pluxee Beneficios Brasil S.A.	Benefícios	Brasil	20,00%	20,00%
Santander Auto S.A	Outras Atividades	Brasil	50,00%	50,00%
Influência Significativa da Santander Corretora de Seguros				
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN	Outras Atividades	Brasil	18,98%	18,98%
Biomas - Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A.	Outras Atividades	Brasil	16,66%	16,66%
Webmotors S.A.	Outras Atividades	Brasil	30,00%	30,00%

	30/09/2026			31/12/2025		
	Ativo	**Passivo**	**Resultado**	**Ativo**	**Passivo**	**Resultado (3)**
Controle conjunto do Banco Santander	**18.008.019**	**17.825.028**	**182.991**	**15.619.966**	**15.299.248**	**320.718**
Banco RCI Brasil S.A.	16.730.038	16.501.790	228.248	14.406.307	14.060.196	346.111
Gestora de Inteligência de Crédito	1.277.981	1.323.238	(45.257)	1.213.660	1.239.052	(25.393)
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros	**3.131.604**	**3.036.609**	**94.995**	**3.169.143**	**3.184.741**	**(15.597)**
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN (1)	3.083.492	2.970.477	113.015	2.836.231	2.797.987	38.244
Hyundai Corretora de Seguros	13.114	11.211	1.903	11.069	8.676	2.393
Biomas - Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A. (1)	34.998	54.921	(19.923)	42.093	83.032	(40.939)
CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A (2)	-	-	-	279.750	295.046	(15.295)
Influência Significativa do Banco Santander	**11.479.626**	**10.602.591**	**877.035**	**11.271.921**	**10.005.335**	**1.260.785**
CIP S.A. (Núclea S.A.)	2.249.697	1.824.415	425.282	2.164.151	1.524.528	633.822
Pluxee BenefÍcios Brasil S.A.	8.621.434	8.264.509	356.925	8.419.988	7.866.003	553.985
Santander Auto S.A.	608.495	513.667	94.828	687.782	614.804	72.978
Influência Significativa da Santander Corretora de Seguros	**1.317.387**	**1.234.879**	**82.508**	**846.681**	**614.883**	**231.798**
Webmotors S.A.	1.317.387	1.234.879	82.508	846.681	614.883	231.798
Total	**33.936.636**	**32.699.107**	**1.237.529**	**30.907.711**	**29.104.207**	**1.797.704**

(1) Empresas com defasagem de um mês para o cálculo de equivalência patrimonial. Para contabilização do resultado de equivalência patrimonial, utilizada em 30 de setembro de 2026 a posição de 31 de agosto de 2026.

(2) Em 30 de junho de 2026 o Banco Santander deixou de exercer influência significativa sobre a empresa CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A, razão pela qual o investimento deixou de ser contabilizado pelo método da equivalência patrimonial.

(3) Os saldos apresentados correspondem aos montantes apurados no exercício de 2025.

	Investimentos		Resultado	
			01/01 a	01/01 a
	30/09/2026	31/12/2025	**30/09/2026**	30/09/2025
Controle conjunto do Banco Santander	**607.507**	**534.505**	**83.620**	**65.458**
Banco RCI Brasil S.A.	566.678	485.793	91.050	68.025
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP	-	428	25	39
Gestora de Inteligência de Crédito	40.829	48.284	(7.455)	(2.606)
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros	**4.443**	**3.492**	**951**	**709**
Hyundai Corretora de Seguros	4.443	3.492	951	709
Influência Significativa do Banco Santander	**2.368.193**	**2.370.206**	**216.572**	**201.433**
Núclea S.A.	295.549	314.434	85.035	80.925
Pluxee Benefícios Brasil S.A.	1.922.954	1.933.758	84.195	97.825
Santander Auto S.A.	84.667	56.745	47.414	22.683
FIDC Creditórios Multisegmentos NPL Ipanema X Responsabilidade Limitada	65.023	65.269	(72)	-
Influência Significativa da Santander Corretora de Seguros	**570.824**	**608.891**	**31.286**	**54.732**
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN	273.812	250.552	23.260	1.744
CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A	-	47.321	(731)	6.148
Biomas - Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A.	2.508	3.946	(3.939)	(4.620)
Webmotors S.A.	294.504	307.072	12.696	51.460
Controladas em Conjunto da Return Capital Gestão de Ativos e Participações S.A	**-**	**-**	**-**	**321**
Fundo De Investimento Em Direitos Creditórios Multisegmentos Npl Ipanema X Responsabilidade Limitada	-	-	-	321
Total	**3.550.967**	**3.517.094**	**332.429**	**322.653**

O Banco não possui garantias concedidas para as empresas com controle conjunto e influência significativa.

b) Variação

Abaixo estão as variações no saldo desse item nos períodos findos em 30 de setembro de 2026 e de 2025:

	01/01 a 30/09/2026		01/01 a 30/09/2025	
	Controle Conjunto	**Influência Significativa**	**Controle Conjunto**	**Influência Significativa**
Saldo no início do exercício	**537.997**	**2.979.097**	**975.731**	**2.664.444**
Ajuste ao Valor de Mercado	(10.165)	(52.534)	(47.072)	(60.732)
Baixas	(452)	(47.322)	—	—
Resultados equivalência patrimonial	84.570	247.858	66.488	256.165
Dividendos propostos/recebidos	—	(190.584)	(26.374)	(196.157)
Adição / Aumento de Capital em Controlada em Conjunto	—	2.502	—	7.500
Saldo no final do período	**611.950**	**2.939.017**	**968.773**	**2.671.220**
Total dos Investimentos		**3.550.967**		**3.639.993**

c) Perdas por não-recuperação

Não foram contabilizadas perdas por não-recuperação dos investimentos em coligadas e empreendimentos conjuntos em 30 de setembro de 2026 nem em 31 de dezembro de 2025.

d) Outras informações

Detalhes da principal empresa controlada em conjunto:

- **Banco RCI Brasil S.A.:** Sociedade constituída na forma de sociedade por ações com sede no Paraná, tem por objetivo principal a prática das operações de investimento, arrendamento mercantil, crédito, financiamento e investimento, visando sustentar o crescimento das marcas automotoras Renault e Nissan no mercado brasileiro, com operações voltadas, principalmente, ao financiamento e arrendamento ao consumidor final. É uma instituição financeira integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander, sendo suas operações conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. De acordo com o Acordo de Acionistas, as principais decisões que impactam esta sociedade são tomadas em conjunto entre o Banco Santander e demais controladores.

6. Ativo imobilizado (tangível)

Os ativos tangíveis do Banco dizem respeito ao imobilizado para uso próprio. O Banco não possui ativos tangíveis mantidos como propriedade de investimento e nem arrendados sob a condição de arrendamentos operacionais. O Banco também não é parte como arrendatário de nenhum contrato de arrendamento financeiro durante os períodos encerrados em 30 de setembro de 2026 e de 2025.

a) Composição

Os detalhes, por categoria de ativo, dos ativos tangíveis nos balanços patrimoniais consolidado são os seguintes:

	Terrenos e Edificações	Móveis e equipamentos de uso e veículos	Imobilizado de Arrendamento	Instalações	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Imobilizados em Curso	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**1.382.593**	**1.810.417**	**717.247**	**328.130**	**669.000**	**138.746**	**5.046.133**
Adições (1)	263.765	399.174	127.934	21.815	71.997	910.620	1.795.305
Baixas	(72.905)	(9.994)	(102.806)	(6.294)	(47.731)	(746)	(240.476)
Depreciações do período	(51.671)	(365.856)	(157.723)	(58.390)	(91.480)	(2.650)	(727.770)
Transferências	147	60.842	-	44.352	21.576	(126.770)	147
Saldos em 30 de setembro de 2026	**1.521.929**	**1.894.583**	**584.652**	**329.613**	**623.362**	**919.200**	**5.873.339**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**1.515.947**	**2.124.656**	**1.059.363**	**371.584**	**844.995**	**105.355**	**6.021.900**
Adições	348	268.658	344.054	13.138	69.507	61.422	757.127
Baixas	(14.007)	(225.161)	(324.907)	(13.242)	(102.240)	(109)	(679.666)
Depreciações do período	(49.624)	(379.229)	(228.830)	(61.386)	(113.081)	(7.719)	(839.869)
Transferências	274	49.131	-	27.562	25.981	(107.048)	(4.100)
Saldos em 30 de setembro de 2025	**1.452.938**	**1.838.055**	**849.680**	**337.656**	**725.162**	**51.901**	**5.255.392**

(1) Inclui valores pagos ao empreendimento Campus JK (nova sede do Banco Santander), vide nota 2.

As despesas de depreciação foram contabilizadas na rubrica "Depreciação e amortização" na demonstração do resultado.

Para uma melhor apresentação, foram realocadas as categorias das diferentes classes de ativos.

b) Perdas por não recuperação

No período findo em 30 de setembro de 2026 houve impacto de uma despesa de R$ 7.900 de impairment (31/12/2025 – R$20.001) e perda em função de obsolescência e descontinuidade do ativo imobilizado no montante de R$ 51.733 (31/12/2025 - R$268.868).

c) Compromisso de compra de ativos tangíveis

No período findo em 30 de setembro de 2026 o Banco possui compromissos contratuais para a aquisição de tangível, conforme descrito na nota 2 (e), em 31 de dezembro de 2025 não possui compromissos contratuais dessa natureza.

7. Ativo intangível - Ágio

O ágio constitui o excedente entre o custo de aquisição e a participação do Banco no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes da adquirida. Quando o excesso é negativo (deságio), este é reconhecido imediatamente no resultado. Em conformidade com o IFRS 3 Combinações de Negócios, o ágio é contabilizado pelo custo e não é amortizado, mas testado anualmente para fins de redução ao valor de recuperação ou sempre que houver indícios de redução ao valor de recuperação da unidade geradora de caixa à qual ele foi alocado. O ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment. Perdas por impairment reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade (**Nota 1.c.3.1.v**) e foi alocado de acordo com o segmento operacional (**Nota 15**).

Ao longo do período, não foram identificados indicativos de perda do valor recuperável do ágio.

	30/09/2026	31/12/2025
Composição:		
Banco ABN Amro Real S.A. (Banco Real)	27.217.566	27.217.566
Em Dia Serviços Especializados em Cobranças Ltda. (Nova denominação da Liderança Serviços Especializados em Cobranças LTDA.)	184.447	184.447
Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	160.769	160.770
Olé Consignado (Atual Denominação Social do Banco Bonsucesso Consignado)	62.800	62.800
CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A.	-	42.135
Return Capital Serviços de Recuperação de Créditos S.A. (atual denominação social da Ipanema Empreendimentos e Participações S.A.)	21.303	21.304
Monetus Investimentos S.A.	39.919	39.919
Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda.	35.483	35.483
Solution 4Fleet Consultoria Empresarial S.A.	-	32.590
Santander Brasil Tecnologia S.A.	16.381	16.381
FIT Economia de Energia S.A.	3.992	3.992
Vora Gestão e Consultoria de Energia e Gás S.A.	27.287	27.287
Total	**27.769.947**	**27.844.674**

	Banco Comercial
Principais premissas:	31/12/2025
Bases para determinação do valor recuperável	Valor em uso: fluxos de caixa
Período das projeções dos fluxos de caixa (1)	5 anos
Taxa de Crescimento Perpétuo (1)	4,0 %
Taxa de desconto antes de impostos (2)	18,5 %
Taxa de desconto (2)	12,2 %

	Em Dia	**Toro Corretora**
Principais premissas:		31/12/2025
Bases para determinação do valor recuperável		Valor em uso: fluxos de caixa
Período das projeções dos fluxos de caixa (1)	5 anos	5 anos
Taxa de Crescimento Perpétuo	3,6 %	3,6 %
Taxa de desconto	13,8 %	14,5 %

(1) As projeções de fluxo de caixa são baseadas no orçamento interno e planos de crescimento da Administração, considerando dados históricos, expectativas e condições de mercado tais como o crescimento da indústria, taxa de juros e índices de inflação.

(2) A taxa de desconto é calculada com base no modelo de precificação de ativos de capital (CAPM).

Um teste quantitativo de recuperabilidade de ágio é realizado anualmente ou quando houver indícios de impairment.

Para os ágios reconhecidos sobre a aquisição do Banco Real e Olé, conforme detalhado nos quadros acima, ao término de cada exercício é realizada uma análise sobre a existência de indícios de *impairment*. No período findo em 30 de setembro de 2026 e exercício de 2025 não houve evidências de *impairment*. No teste de recuperabilidade do ágio, as taxas de desconto e crescimento na perpetuidade são as premissas mais sensíveis para o cálculo do valor presente (valor em uso) dos fluxos de caixa futuros descontados.

8. Ativo Intangível - Outros ativos intangíveis

A movimentação dos outros ativos intangíveis nos períodos findos em 30 de setembro de 2026 e de 2025, foi a seguinte:

	Movimentação de:					
	31/12/2025 a 30/09/2026			31/12/2024 a 30/09/2025		
	Desenvolvimento de Tecnologia da Informação	Outros Ativos	Total	Desenvolvimento de Tecnologia da Informação	Outros Ativos	Total
Saldo inicial	**5.250.501**	**131.808**	**5.382.309**	**4.828.519**	**105.400**	**4.933.919**
Adições	1.467.113	10.820	1.477.933	1.301.716	83.803	1.385.519
Baixas	(5.676)	(10.859)	(16.535)	(36.862)	(28.317)	(65.179)
Transferências	(31.241)	(11.868)	(43.109)	36.458	(19.115)	17.343
Amortizações no período	(1.223.700)	(30.179)	(1.253.879)	(1.060.483)	(76.042)	(1.136.525)
Impairment no período	(152.490)	-	(152.490)	-	(18.233)	(18.233)
Saldo final	**5.304.507**	**89.722**	**5.394.229**	**5.069.348**	**47.496**	**5.116.844**
Vida útil estimada	**5 anos**	**Até 5 anos**		**5 anos**	**Até 5 anos**	

As despesas com amortização foram contabilizadas na rubrica "Depreciação e amortização" na demonstração do resultado.

No período findo em 30 de setembro de 2026 houve impacto por baixa em função de obsolescência e descontinuidade do ativo intangível no montante de R$ 152.490 (31/12/2025 - R$ 67.023).

9. Passivos Financeiros

a) Classificação por natureza e categoria

A classificação, por natureza e categoria para fins de avaliação, dos passivos financeiros do Banco que não aqueles incluídos em “Derivativos utilizados como Hedge”, em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025:

			30/09/2026
	Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	Total
Depósitos do Banco Central do Brasil e Depósitos de instituições de crédito	-	159.457.151	159.457.151
Depósitos de clientes	-	633.036.552	633.036.552
Obrigações por títulos e valores mobiliários	6.632	159.109.090	159.115.722
Derivativos	25.181.261	-	25.181.261
Posições vendidas	60.077.100	-	60.077.100
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	32.917.449	32.917.449
Outros passivos financeiros	-	77.164.376	77.164.376
Total	**85.264.993**	**1.061.684.618**	**1.146.949.611**

			31/12/2025
	Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	Total
Depósitos do Banco Central do Brasil e Depósitos de instituições de crédito	-	146.867.521	146.867.521
Depósitos de clientes	-	593.328.796	593.328.796
Obrigações por títulos e valores mobiliários	3.263.266	156.662.290	159.925.556
Derivativos	59.827.986	-	59.827.986
Posições vendidas	49.380.059	-	49.380.059
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	28.113.937	28.113.937
Outros passivos financeiros	-	67.414.002	67.414.002
Total	**112.471.311**	**992.386.546**	**1.104.857.857**

b) Composição e detalhes

b.1) Depósitos do Banco Central do Brasil e Depósitos de instituições de crédito

	30/09/2026	31/12/2025
Depósitos à vista (1)	1.530.934	1.951.466
Depósitos a prazo (2)	132.925.400	119.636.099
Operações compromissadas	25.000.817	25.279.956
Sendo:		
Operações Lastreadas com Títulos Públicos	25.000.817	25.279.956
Total	**159.457.151**	**146.867.521**

(1) Contas não remuneradas.

(2) Inclui as operações com instituições de crédito decorrentes das linhas de financiamento à exportação e importação, repasses do país (BNDES e Finame) e do exterior, e outras linhas de crédito no exterior.

b.2) Depósitos de clientes

	30/09/2026	31/12/2025
Depósitos à vista	**83.691.456**	**85.108.276**
Contas correntes (1)	33.646.089	31.906.984
Cadernetas de poupança	50.045.367	53.201.292
Depósitos a prazo	458.845.523	431.658.793
Operações compromissadas	90.499.573	76.561.727
Sendo:		
Operações Lastreadas com Títulos Privados	20.650.575	18.906.726
Operações Lastreadas com Títulos Públicos	69.848.998	57.655.001
Total	**633.036.552**	**593.328.796**

(1) Contas não remuneradas.

b.3) Obrigações por títulos e valores mobiliários

	30/09/2026	31/12/2025
Letras de Crédito Imobiliário - LCI (1)	56.530.884	53.374.694
Eurobonds	16.985.437	18.052.632
Letras financeiras (2)	43.292.355	38.233.834
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	35.516.003	38.740.151
Letra Imobiliária Garantida - LIG (3)	5.079.776	11.524.245
Recursos de Aceites Cambiais	1.711.267	-
Total	**159.115.722**	**159.925.556**

(1) Letras de crédito imobiliário são títulos de renda fixa lastreados por créditos imobiliários e garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de bem imóvel. Em 30 de setembro de 2026 possuem prazo de vencimento entre 2026 e 2034 (31/12/2025 – com prazo de vencimento entre 2026 e 2034).

(2) As principais características das letras financeiras são prazo mínimo de dois anos, valor nominal mínimo de R$ 50 e permissão de resgate antecipado de apenas 5% do montante emitido. Em 30 de setembro de 2026, possuem prazo de vencimento entre 2026 e 2034 (31/12/2025 – com prazo de vencimento entre 2026 e 2035).

(3) Letras Imobiliárias Garantidas são títulos de renda fixa lastreados por créditos Imobiliários garantidos pelo emissor e por um pool de créditos imobiliários apartados dos demais ativos do emissor. Em 30 de setembro de 2026, possuem prazo de vencimento entre 2026 e 2045 (31/12/2025 – com prazo de vencimento entre 2026 e 2045).

As variações no saldo de "Obrigações por títulos e valores imobiliários" no períodos findo em 30 de setembro de 2026 e de 2025 foram as seguintes:

	01/01 a 30/09/2026	01/01 a 30/09/2025
Saldo no início do período	**159.925.556**	**139.678.128**
Emissões	167.784.767	3.338.814
Pagamentos	(174.738.589)	—
Juros	6.155.481	9.322.416
Variação cambial e outros	(11.493)	(127.334)
Saldo no final do período	**159.115.722**	**152.212.024**

A Composição de "Eurobonds e outros títulos" é a seguinte:

Emissão	Vencimento até	Taxa de Juros (a.a.)	2026	2025
2021	2031	Até 15%	2.424.868	2.608.545
2022	2035	Até 15%	1.089.064	1.247.459
2023	2031	Até 15%	314.353	2.022.920
2024	2033	Até 15%	2.050.547	2.568.847
2025	2040	Até 15%	3.684.994	9.604.861
2026	2036	Até 15%	7.421.611	-
Total			**16.985.437**	**18.052.632**

(1) Inclui taxa SOFR - Secured Overnight Finance Rate.

b.4) Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital

Os detalhes do saldo do item "Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital" referente a emissão de instrumentos de capital para compor o nível I e nível II do patrimônio de referência, são os seguintes:

	Emissão	Vencimento	Valor em milhões	Taxa de juros (a.a.)	30/09/2026	31/12/2025
Letras Financeiras - Nível II (1)	nov-21	nov-31	R$5.300	CDI+2%	10.457.857	9.321.771
Letras Financeiras - Nível II (1)	dez-21	dez-31	R$200	CDI+2%	394.264	351.467
Letras Financeiras - Nível II (1)	out-23	out-33	R$6.000	CDI+1,6%	9.026.692	8.070.433
Letras Financeiras - Nível I (2)	set-24	sem prazo (perpétuo)	R$7.600	CDI+1,4%	7.669.430	7.982.784
Letras Financeiras - Nível II (1)	dez-25	dez-35	R$2.363	CDI+0,65%	2.471.162	2.387.482
Letras Financeiras - Nível II (1)	mar-26	mar-36	R$708	CDI+0,55%	709.201	-
Letras Financeiras - Nível II (1)	mar-26	mar-36	R$43	IPCA+ 8%	43.837	-
Letras Financeiras - Nível II (1)	abr-26	abr-36	R$20	CDI+0,55%	21.309	-
Letras Financeiras - Nível II (1)	mai-26	mai-36	R$706	CDI+0,6%	740.142	-
Letras Financeiras - Nível II (1)	jun-26	jun-36	R$661	CDI+0,6%	688.279	-
Letras Financeiras - Nível II (1)	ago-26	ago-36	R$600	CDI+0,58%	610.042	-
Letras Financeiras - Nível II (1)	set-26	set-36	R$85	IPCA+8,6%	85.234	-
Total					**32.917.449**	**28.113.937**

(1) Letras Financeiras emitidas em Novembro de 2021 à Setembro de 2026 possuem opção de resgate e recompra.

(2) Letras Financeiras Subordinadas Perpétua (sem prazo de vencimento) possuem opção de resgate e recompra e pagamento de juros semestral.

As letras possuem as seguintes características comuns:

(a) As letras poderão ser recompradas ou resgatadas pelo Banco Santander após o 5° (quinto) aniversário contado da data de emissão das letras, a exclusivo critério do Banco ou em razão de alteração na legislação fiscal aplicável às letras; ou a qualquer momento, em razão da ocorrência de determinados eventos regulatórios.

As variações no saldo de "Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital" nos períodos findos em 30 de setembro de 2026 e de 2025 foram as seguintes:

	01/01 a 30/09/2026	01/01 a 30/09/2025
Saldos no início do período	**28.113.937**	**23.137.784**
Emissão	2.822.500	-
Juros Nível I (1)	873.049	858.913
Juros Nível II (1)	2.518.533	1.804.593
Pagamento de juros - Nível I	(1.410.570)	(1.070.620)
Saldo no final do período	**32.917.449**	**24.730.670**

(1) A remuneração de juros referente ao Instrumento de Dívida Elegível a Capital Nível I e II foi registrada em contrapartida do resultado do período como "Despesas com Juros e Similares".

10. Provisões para processos judiciais e administrativos, compromissos e outras provisões

a) Composição

A composição do saldo do item "Provisões" é a seguinte:

	30/09/2026	31/12/2025
Obrigações para fundos de pensões e obrigações similares	997.560	1.357.203
Provisões para processos judiciais e administrativos, compromissos e outras provisões	12.478.890	10.447.279
Processos judiciais e administrativos de Responsabilidade de Ex-Controladores	496	496
Processos judiciais e administrativos	11.507.133	9.495.060
Cíveis	3.768.684	3.459.137
Trabalhistas (1)	4.956.192	3.835.099
Fiscais e Previdenciárias	2.782.257	2.200.824
Provisões para compromissos contingentes	816.750	787.837
Provisões diversas	154.511	163.886
Total	**13.476.450**	**11.804.482**

(1) No segundo trimestre, o Banco revisou a metodologia e os parâmetros utilizados na mensuração das contingências trabalhistas (massificadas). A reavaliação, adotada de forma prospectiva, reflete a melhor estimativa da Administração na data-base das demonstrações financeiras.

b) Provisões Fiscais, Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis

O Banco Santander e suas controladas são parte integrante em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de perda das ações das empresas com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. O Banco Santander tem por política provisionar integralmente o valor em risco das ações cuja avaliação é de perda provável.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender as eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos conforme segue:

b.1) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscais e Previdenciárias

Principais processos judiciais e administrativos com risco de perda provável

O Banco Santander e suas empresas controladas são partes em processos judiciais e administrativos relacionados a discussões fiscais e previdenciárias, que são classificados com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável.

Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) – Em 30 de setembro de 2026, o saldo era de R$ 176 milhões (31/12/2025 - R$ 167 milhões) no Consolidado. O Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a cobrança da contribuição previdenciária e do salário-educação sobre diversas verbas que, segundo avaliação dos assessores jurídicos, não possuem natureza salarial.

Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras – Em 30 de setembro de 2026, o saldo era de R$ 399 milhões (31/12/2025 - R$ 335 milhões) no Consolidado. O Banco e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. Além disso, outras ações envolvendo ISS, classificados como risco de perda possível, estão descritos na **Nota 10.b.4**.

PIS e COFINS - Remuneração sobre Depósitos Compulsórios – Em 30 de setembro de 2026, o saldo era de R$ 1.499 milhões (31/12/2025 - R$ 995 milhões) no Consolidado e está integralmente provisionado. O Banco ajuizou medida judicial visando afastar a tributação do PIS e da COFINS sobre a remuneração dos depósitos compulsórios realizados junto ao BACEN. Em 2024, foi proferida sentença favorável, a qual foi objeto de recurso por parte da Fazenda Nacional.

b.2) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Trabalhista

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas, incluindo processos relacionados a benefícios de aposentadoria.
Para ações consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são estimadas por meio de modelo estatístico. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo a com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

b.3) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

Estas provisões são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução; e (4) ações de indenização por perdas e danos. Para ações cíveis consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Ações de Caráter Indenizatório - Referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a cartões de crédito, crédito direto ao consumidor, contas correntes, cobrança e empréstimos e outros assuntos. Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais para o negócio, no curso normal das atividades do Banco, a provisão é constituída com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Planos Econômicos - Referem-se a discussões judiciais, que pleiteiam supostos expurgos inflacionários decorrentes de Planos Econômicos (Bresser, Verão, Collor I e II), por entenderem que tais planos violaram direitos adquiridos relativos à aplicação de índices inflacionários supostamente devidos a Cadernetas de Poupança, Depósitos Judiciais e Depósitos a Prazo (CDBs). As ações são provisionadas com base na avaliação individualizada de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

O Banco Santander também é parte em ações civis públicas, sobre a mesma matéria, ajuizadas por entidades de defesa do consumidor, pelo Ministério Público ou por Defensorias Públicas. A constituição de provisão é feita somente para casos com risco provável, tendo como base os pedidos de execuções individuais.

Em 14 de abril de 2010, o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que o prazo para a propositura de ações civis públicas que discutem os expurgos seria de 5 anos a partir da data dos planos. Desta forma, com essa decisão, como as ações civis públicas foram propostas após o prazo de 5 anos, provavelmente, serão julgadas improcedentes, diminuindo os valores envolvidos. O STJ também decidiu que o prazo para os poupadores individuais se habilitarem nas Ações Civis Públicas, é de 5 anos, contados do trânsito em julgado da respectiva sentença. O Banco Santander acredita no sucesso das teses defendidas perante esses tribunais por seu conteúdo e fundamento.

Ao final de 2017, a Advocacia Geral da União (AGU), o Bacen, o Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), a Frente Brasileira dos Poupadores (Febrapo) e a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) firmaram acordo que busca encerrar as disputas judiciais sobre os Planos Econômicos.

As discussões se concentraram em definir a quantia que seria paga a cada autor, conforme o saldo na caderneta na data do plano. O valor total dos pagamentos, dependerá da quantidade de adesões, e também do número de poupadores que tenham comprovado em juízo a existência da conta e o saldo na data de aniversário de alteração dos índices. O termo de acordo negociado entre as partes foi homologado pelo STF.

Em decisão proferida pelo STF, ocorreu suspensão nacional de todos os processos que versem sobre a questão pelo período de vigência do acordo, com exceção aos casos em cumprimento definitivo de sentença.

Em 11 de março de 2020, houve a prorrogação do acordo por meio de aditivo, com a inclusão das ações que envolvem somente a discussão do Plano Collor I. Tal prorrogação tem prazo de 5 anos e a homologação dos termos do aditivo ocorreu no dia 03 de junho de 2020.

Em maio de 2025, houve o julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental(ADPF) número 165 reconhecendo a constitucionalidade dos planos Bresser, Verão, Collor I e II e garantindo aos poupadores o recebimento dos valores estabelecidos no acordo coletivo e fixando prazo de 24 meses para novas adesões dos poupadores.

A Administração considera que as provisões constituídas são suficientes para cobrir os riscos envolvidos com os planos econômicos, considerando o acordo homologado.

b.4) Passivos Contingentes Fiscais, Previdenciários, Trabalhistas e Cíveis Classificados como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não sendo, portanto, provisionados.

As ações de natureza fiscal com classificação de perda possível totalizaram, em 30 de setembro de 2026, R$ 39.027 milhões (31/12/2025 - R$ 37.518 milhões) no Consolidado, sendo os principais processos os seguintes:

PIS e COFINS - Ações judiciais movidas pelo Banco Santander (Brasil) S.A. e outras entidades do Grupo para afastar a aplicação da Lei nº 9.718/98, que altera a base de cálculo do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), estendendo-a a todas as receitas das entidades, e não apenas às receitas decorrentes da prestação de serviços. Em relação ao processo do Banco Santander (Brasil) S.A., em 2015 o Supremo Tribunal Federal (STF) admitiu o recurso extraordinário interposto pela União

Federal em relação ao PIS, e negou provimento ao recurso extraordinário interposto pelo Ministério Público Federal em relação à contribuição para a COFINS, confirmando a decisão do Tribunal Regional Federal favorável ao Banco Santander (Brasil) S.A. de agosto de 2007. O STF decidiu, por meio de Repercussão Geral, o Tema 372 e acolheu parcialmente o recurso da União Federal fixando a tese de que incide o PIS/COFINS sobre as receitas operacionais decorrentes das atividades típicas das instituições financeiras. Com a publicação do acórdão, o Banco apresentou novo recurso em relação ao PIS, e aguarda análise. Com base na avaliação dos assessores jurídicos, o prognóstico do risco foi classificado como perda possível, não sendo provável uma saída de recurso. Em 30 de setembro de 2026, o valor envolvido é de R$ 2.471 milhões (31/12/2025 - R$ 2.349 milhões) no Consolidado. Para as demais ações judiciais, foram constituídas as respectivas obrigações de PIS e COFINS.

INSS sobre Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) - o Banco e as empresas controladas possuem processos judiciais e administrativos decorrentes de questionamentos das autoridades fiscais, a respeito da cobrança de contribuição previdenciária sobre os pagamentos efetuados a título de participação nos lucros e resultados. Em 30 de setembro de 2026, o valor era de aproximadamente R$ 12.423 milhões (31/12/2025 - R$ 11.090 milhões) no Consolidado.

Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras - o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. Em 30 de setembro de 2026, o valor era de aproximadamente R$ 3.595 milhões (31/12/2025 - R$ 3.778 milhões) no Consolidado.

Compensação Não Homologada - o Banco e suas coligadas discutem administrativa e judicialmente com a Receita Federal a não homologação de compensações de tributos com créditos decorrentes de pagamento a maior ou indevido. Em 30 de setembro de 2026, o valor era de aproximadamente R$ 6.592 milhões (31/12/2025 - R$ 7.068 milhões) no Consolidado.

Perdas em Operações de Crédito - o Banco e as empresas controladas contestaram os lançamentos fiscais emitidos pela Receita Federal do Brasil alegando a dedução indevida de perdas em operações de crédito das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL por supostamente não atenderem às exigências das leis aplicáveis. Em 30 de setembro de 2026, o valor era de aproximadamente R$ 1.016 milhões (31/12/2025 - R$ 1.153 milhões) no Consolidado.

Utilização de Prejuízo Fiscal e de Base Negativa da CSLL - Autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil no exercício de 2009 e 2019 por supostas compensações indevidas de prejuízo fiscal e de base negativa da CSLL, como consequência de autuações fiscais lavradas em períodos anteriores. Aguarda-se julgamento na esfera administrativa. Em 30 de setembro de 2026, o valor era de aproximadamente R$ 2.889 milhões (31/12/2025 - R$ 2.729 milhões) no Consolidado.

Amortização do Ágio do Banco Sudameris - as autoridades fiscais lavraram autos de infração para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes à dedução fiscal da amortização do ágio pago na aquisição do Banco Sudameris, referentes ao período base de 2007 a 2012. O Banco Santander apresentou as respectivas defesas administrativas. O primeiro período autuado, aguarda análise de recurso no CARF. Com relação ao período de 2009 a 2012, houve ajuizamento de ação para discussão da parcela de IRPJ, em razão do encerramento desfavorável no administrativo. Para a parcela de CSLL deste mesmo período, requeremos a desistência do Recurso Especial apresentado, visando o aproveitamento dos benefícios instituídos pela Lei nº 14.689/2023 (voto de qualidade). Também foi movida ação judicial para a parcela remanescente. Aguarda-se julgamento. Em 30 de setembro de 2026, o valor era de aproximadamente R$ 873 milhões (31/12/2025 - R$ 836 milhões) no Consolidado.

IRPJ e CSLL - Ganho de Capital - a Secretaria da Receita Federal do Brasil emitiu um auto de infração contra a Santander Seguros (sucessora legal da ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A. (AAB Dois Par) cobrando imposto de renda e contribuição social relacionados ao exercício fiscal de 2005. A Receita Federal do Brasil alega que o ganho de capital na venda das ações da Real Seguros S.A. e da Real Vida e Previdência S.A pela AAB Dois Par deve ser tributado a uma alíquota de 34,0% ao invés de 15,0%. O lançamento foi contestado administrativamente com base no entendimento que o tratamento fiscal adotado na transação estava em conformidade com a legislação tributária vigente e o ganho de capital foi devidamente tributado. O processo administrativo encerrou desfavoravelmente ao Banco. Em julho de 2020, o Banco ajuizou ação visando anular o débito. Foi proferida decisão desfavorável na primeira instância, será apresentado recurso ao Tribunal. O Banco Santander é responsável por qualquer resultado adverso nesse processo como ex-controlador da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. Em 30 de setembro de 2026, o valor era de aproximadamente R$ 749 milhões (31/12/2025 - R$ 603 milhões) no Consolidado.

IRRF – Remessa Exterior - o Banco ajuizou medida judicial visando afastar a tributação do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, sobre pagamentos derivados da prestação de serviços de tecnologia de empresas sediadas no exterior, em razão da existência dos Tratados Internacionais firmados entre Brasil-Chile; Brasil-México e Brasil-Espanha, evitando-se, assim, a dupla tributação. Foi proferida sentença favorável a qual foi reformada pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Será apresentado recurso ao STJ e STF. Em 30 de setembro de 2026, o valor era de aproximadamente R$ 508 milhões (31/12/2025 - R$ 1.524 milhões) no Consolidado.

As ações de natureza trabalhista classificadas com perda possível totalizaram, em 30 de setembro de 2026, R$ 1774 milhões (31/12/2025 - R$ 1.493 milhões) enquanto as ações de natureza cível totalizaram R$ 2137 milhões (31/12/2025 - R$ 2.226 milhões), no Consolidado.

11. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

De acordo com o Estatuto Social, o capital social do Banco Santander poderá ser aumentado até o limite do capital autorizado, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração e por meio da emissão de até 9.090.909.090 (nove bilhões, noventa milhões, novecentos e nove mil e noventa) ações, observados os limites legais estabelecidos quanto ao número de ações preferenciais. Qualquer aumento de capital que exceda esse limite requer a aprovação dos acionistas.

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

						Em Milhares de Ações
			30/09/2026			31/12/2025
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	138.226	164.090	302.316	129.745	155.583	285.328
De Domiciliados no Exterior	3.680.469	3.515.746	7.196.215	3.688.950	3.524.253	7.213.203
Total	**3.818.695**	**3.679.836**	**7.498.531**	**3.818.695**	**3.679.836**	**7.498.531**
(-) Ações em Tesouraria	(5.419)	(5.419)	(10.838)	(13.666)	(13.665)	(27.331)
Total em Circulação	**3.813.276**	**3.674.417**	**7.487.693**	**3.805.029**	**3.666.171**	**7.471.200**

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto e não podem ser convertidas em ações ordinárias, mas têm os mesmos direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além de prioridade na distribuição de dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias, e no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de dissolução do Banco.

Os dividendos foram calculados e pagos de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

Antes da Assembleia Anual dos Acionistas, o Conselho de Administração poderá deliberar sobre a declaração e pagamento de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em: (i) balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes no último balanço patrimonial ou (ii) balanços patrimoniais emitidos em períodos inferiores a seis meses, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o valor das reservas de capital. Esses dividendos são imputados integralmente ao dividendo obrigatório.

A seguir, apresentamos a distribuição de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio efetuadas em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025:

							30/09/2026
		Reais por Milhares de Ações/Units					
	Em milhares	Bruto			Líquido		
	de Reais	Ordinárias	Preferenciais	Unit	Ordinárias	Preferenciais	Unit
Juros sobre o Capital Próprio (1)(4)	2.000.000	255,17	280,69	535,86	210,52	231,57	442,09
Juros sobre o Capital Próprio (2)(4)	2.000.000	254,62	280,08	534,70	210,06	231,07	441,13
Juros sobre o Capital Próprio (3)(4)	2.000.000	254,62	280,08	534,69	210,06	231,06	441,12
Total	**6.000.000**						

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em 09 de janeiro de 2026, pagos no dia 05 de fevereiro de 2026, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(2) Deliberados pelo Conselho de Administração em 10 de abril de 2026, pagos no dia 05 de maio de 2026, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(3) Deliberados pelo Conselho de Administração em 10 de julho de 2026, pagos no dia 08 de agosto de 2026, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(4) Foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios distribuídos pelo Banco referentes ao exercício a encerrar-se em 31 de dezembro de 2026.

31/12/2025

	Em milhares de Reais	Reais por Milhares de Ações/Units					
		Bruto			Líquido		
		Ordinárias	Preferenciais	Unit	Ordinárias	Preferenciais	Unit
Juros sobre o Capital Próprio (1)(6)	1.500.000	191,68	210,84	402,52	162,92	179,22	342,14
Juros sobre o Capital Próprio (2)(6)	1.500.000	191,39	210,53	401,92	162,68	178,95	341,63
Juros sobre o Capital Próprio (3)(6)	2.000.000	255,18	280,70	535,88	216,90	238,59	455,49
Juros sobre o Capital Próprio (4)(6)	2.000.000	255,18	280,70	535,88	216,90	238,59	455,49
Juros sobre o Capital Próprio (5)(6)	620.000	79,10	87,01	166,11	67,23	73,96	141,19
Total	**7.620.000**						

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em 10 de janeiro de 2025, pagos no dia 12 de fevereiro de 2025, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(2) Deliberados pelo Conselho de Administração em 10 de abril de 2025, pagos no dia 8 de maio de 2025, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(3) Deliberados pelo Conselho de Administração em 10 de julho de 2025, pagos no dia 09 de agosto de 2025, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(4) Deliberados pelo Conselho de Administração em 10 de outubro de 2025, pagos no dia 08 de novembro de 2025, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(5) Deliberados pelo Conselho de Administração em 22 de dezembro de 2025, serão pagos no dia 5 de fevereiro de 2026, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(6) Foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios distribuídos pelo Banco referentes ao exercício a encerrar-se em 31 de dezembro de 2025.

c) Reservas de Lucro

O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação:

Reserva Legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Reservas de Capital

As reservas de capital do Banco são compostas de: reserva de ágios por subscrição de ações e outras reservas de capital, e somente pode ser usada para absorção de prejuízos que ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros; resgate, reembolso ou aquisição de ações de nossa própria emissão; incorporação ao capital social; ou pagamento de dividendos a ações preferenciais em determinadas circunstâncias.

Reserva para Equalização de Dividendos

Após a destinação dos dividendos, o saldo se houver, poderá, mediante proposta da Diretoria Executiva e aprovada pelo Conselho de Administração, ser destinado a formação de reserva para equalização de dividendos, que será limitada a 50% do valor do capital social. Esta reserva tem como finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

d) Ações em Tesouraria

Em reunião realizada em 25 de setembro de 2025, o Conselho de Administração aprovou, em continuidade ao Programa de Recompra que expirou em 06 de agosto de 2025, novo Programa de Recompra de Units e de ADRs de emissão do Banco Santander, diretamente ou por sua agência em Cayman, para manutenção em tesouraria ou posterior alienação.

O Programa de Recompra abrange a aquisição de até 37.463.447 Units, representativas de 37.463.447 ações ordinárias e 37.463.447 ações preferenciais, que correspondiam, em 31 de dezembro de 2025, a aproximadamente 1% do capital social do Banco. Em 30 de setembro de 2026 o Banco Santander possuía 370.515.653 ações ordinárias e 398.320.063 ações preferenciais em circulação.

A recompra tem por objetivo (1) maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital; e (2) viabilizar o pagamento de administradores, empregados de nível gerencial e outros funcionários do Banco e de sociedades sob seu controle, nos termos dos Planos de Incentivo de Longo Prazo. O prazo do Programa de Recompra é de até 18 meses contados a partir de 26 de setembro de 2025, encerrando-se em 26 de março de 2027.

		Em Milhares de Ações	
		30/09/2026	31/12/2025
		Quantidade	**Quantidade**
		Units	**Units**
Ações em Tesouraria no Início do Período		**13.666**	**19.451**
Alienações - Remuneração Baseado em Ações		(8.247)	(5.785)
Ações em Tesouraria no Final do Período		**5.419**	**13.666**
Sub-Total de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R$	487.003	717.789
Custos de Emissão em Milhares de Reais	R$	1.771	1.771
Saldo de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	**R$**	**488.774**	**719.560**

Custo/Cotação da Ação		**Units**	**Units**
Custo Mínimo (*)	R$	7,55	7,55
Custo Médio Ponderado (*)	R$	27,18	27,33
Custo Máximo (*)	R$	49,55	49,55
Cotação da Ação	R$	30,64	28,22

(*) Considerando desde o início das operações em bolsa.

12. Impostos sobre a renda

O total dos impostos sobre a renda do período de três meses é conciliado com o lucro contábil como segue:

	01/01 a 30/09/2026	01/01 a 30/09/2025
Resultado Operacional antes da tributação	**11.527.626**	**11.689.270**
Alíquota (25% de Imposto de Renda e 20% de Contribuição Social)	**(5.187.432)**	**(5.260.171)**
PIS e COFINS (líquidos de Imposto de Renda e Contribuição Social) (1)	**(3.561.477)**	**(3.589.260)**
Não tributável / não dedutível:		
Equivalência patrimonial	149.593	145.194
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis (2)	1.435.142	1.420.048
Ajustes:		
Constituição de IR/CS sobre diferenças temporárias	61.721	110.730
Juros sobre o capital próprio	2.700.000	2.208.547
Efeito de diferencial de Alíquota de CSLL (3)	632.352	643.921
Outros ajustes	1.329.103	1.653.649
Impostos sobre a renda	**(2.440.998)**	**(2.667.344)**
Sendo:		
Impostos correntes	(5.458.190)	(6.447.237)
Impostos diferidos	3.017.192	3.779.893
Impostos pagos no período	(3.697.438)	(5.125.816)

(1) PIS e COFINS são considerados como componentes da base de lucro (base líquida de determinadas receitas e despesas); portanto, e de acordo com o IAS 12, são contabilizados como impostos sobre a renda.

(2) Inclui, principalmente, o efeito fiscal sobre receitas com atualizações de depósitos judiciais e outras receitas e despesas que são diferenças permanentes.

(3) Efeito da diferença da alíquota para as empresas que estão sujeitas à alíquota de contribuição social de 9%, 15% e 17,5%.

13. Detalhamento de contas de resultado

a) Despesas com Pessoal

	01/07 a 30/09/2026	01/07 a 30/09/2025	**01/01 a 30/09/2026**	01/01 a 30/09/2025
Remuneração direta	1.635.700	1.766.667	5.139.458	5.464.568
Encargos	413.853	437.859	1.231.642	1.293.881
Benefícios	412.830	440.552	1.258.396	1.325.589
Planos de pensão de benefício definido	1.786	1.652	4.453	4.139
Contribuições aos fundos de pensão de contribuição definida	46.348	40.132	205.194	195.332
Remuneração baseada em ações (1)	57.755	57.698	144.267	140.856
Treinamento	11.975	14.736	43.340	47.258
Outras despesas de pessoal	99.102	124.634	314.781	360.456
Total	**2.679.349**	**2.883.930**	**8.341.531**	**8.832.079**

(1) Refere-se a provisão do bônus referenciado em ações.

b) Outras Despesas Administrativas

	01/07 a 30/09/2026	01/07 a 30/09/2025	**01/01 a 30/09/2026**	01/01 a 30/09/2025
Imóveis, instalações e materiais	169.435	186.155	525.777	598.262
Tecnologia e sistemas	941.926	760.070	2.878.406	2.131.208
Publicidade	106.183	88.774	333.267	322.233
Comunicações	56.070	70.674	184.590	214.560
Ajudas de custo e despesas de viagem	55.843	57.608	161.332	161.794
Tributos exceto imposto sobre a renda	37.891	35.539	98.765	111.434
Serviços de vigilância e transporte de valores	82.868	91.132	254.170	297.858
Prêmios de seguros	4.788	7.366	16.137	20.905
Serviços técnicos especializados	434.570	724.627	1.303.158	1.935.004
Outras despesas administrativas	451.719	292.477	1.492.608	1.051.551
Total	**2.341.293**	**2.314.422**	**7.248.210**	**6.844.809**

14. Plano de Benefícios a Funcionários

a) Remuneração com Base em Ações

O Banco Santander mantém programas de incentivo de longo prazo vinculados ao desempenho de seus instrumentos, tanto no Brasil (SANB11) quanto em nível global. Os planos têm como objetivo alinhar os interesses de executivos e acionistas, promovendo foco na sustentabilidade do valor de mercado e na criação de valor de longo prazo. São elegíveis os membros da Diretoria Executiva e demais executivos indicados pelo Conselho de Administração, considerando critérios de senioridade e impacto estratégico. Os membros do Conselho somente participam caso exerçam cargos na Diretoria Executiva.

Programa	Tipo de Liquidação	Período de Vesting	Período de Exercício/ Liquidação	Strike Price	01/01 a 30/09/2026		01/01 a 30/09/2025	
Locais	Ações do Santander (Brasil)	01/2023 a 12/2026	2025 e 2026	R$	375.000	(1) (2)	R$ 1.375.000	(1) (2)
		01/2024 a 12/2027	2025 a 2028	R$	200.000	(1) (2)	R$ 350.000	(1) (2)
		01/2025 a 12/2028	2026 a 2029	R$	15.025.000	(1)	R$ 6.000.000	(1)
		01/2026 a 12/2030	2027 a 2030	R$	4.500.000	(1)	R$ —	(1)
		01/2022 a 12/2025	2025	R$	—	(3)	R$ 8.903	(3)
		01/2023 a 12/2026	2026	R$	—	(4)	R$ 11.820	(4)
		01/2025 a 12/2028	2027 a 2028		171.522	SANB11	—	SANB11
Globais	Ações e Opções sobre Ações do Globais	2023		EUR 3,67	—	Ações Globais (5)	—	Ações Globais (5)
		2023, com limite para exercício das opções até 2030			385.956	Opções sobre ações Globais (5)	420.394	Opções sobre ações Globais (5)
		02/2024		EUR 2,685	—	Ações Globais (5)	—	Ações Globais (5)
		02/2024, com limite para exercício das opções até 02/2029			105.434	Opções sobre ações Globais (5)	105.534	Opções sobre ações Globais (5)
		2025		EUR 3,104	—	Ações Globais (6)	95.786	Ações Globais (6)
		2025, com limite para exercício das opções até 2030			22.989	Opções sobre ações Globais (6)	38.315	Opções sobre ações Globais (6)
		2026		EUR 3,088	175.476	Ações Globais (7)	175.476	Ações Globais (7)
		2026, com limite para exercício das opções até 2033			472.469	Opções sobre ações Globais (7)	472.469	Opções sobre ações Globais (7)
		2027		EUR 63,95	5.512	Ações Globais (8)	8.528	Ações Globais (8)
		2027, com limite para exercício das opções até 2032			55.210	Opções sobre ações Globais (8)	80.476	Opções sobre ações Globais (8)
		2028		EUR 71,42	1.279	Ações Globais (8)	1.866	Ações Globais (8)
		2028, com limite para exercício das opções até 2033			6.729	Opções sobre ações Globais (8)	9.007	Opções sobre ações Globais (8)
		2029		EUR 54,14	5.340	Ações Globais (9)	5.340	Ações Globais (9)
		2030		EUR 61,07	5.745	Ações Globais (9)	—	Ações Globais (9)
		12/2025, com pagamento em 2026		R$ 28,92	—	SANB11 (10)	52.037	SANB11 (10)
Saldo dos Planos em 30 de Setembro de 2026 e 2025				R$	20.100.000	(1)	R$ 7.725.000	(1)
					171.522	SANB11 (2) (3) (4) (10)	72.760	SANB11 (2) (3) (4) (10)
					193.352	Ações Globais (5) (6) (7) (8) (9)	286.996	Ações Globais (5) (6) (7) (8) (9)
					1.048.787	Opções sobre ações Globais (5) (6) (7) (8)	1.126.195	Opções sobre ações Globais (5) (6) (7) (8)

(1) Target do plano em Reais, pago em ações SANB11 de acordo com o atingimento dos indicadores de performance do plano ao final do período de vesting, pela cotação dos últimos 30 pregões do mês imediatamente anterior ao pagamento.

(2) Contratos finalizados, com entrega de 37.786 ações brutas no período, conforme condições estabelecidas no plano.

(3) Contratos finalizados, com entrega de 8.903 ações brutas no período, conforme condições estabelecidas no plano.

(4) Contratos finalizados, com entrega de 11.820 ações brutas no período, conforme condições estabelecidas no plano.

(5) Target do plano em ações e opções Globais, a serem pagos em dinheiro ao final do período de vesting, conforme atingimento dos indicadores de performance do plano.

(6) Target do plano em ações e opções sobre ações Globais, a serem pagos em dinheiro ao final do período de vesting, conforme atingimento dos indicadores de performance do plano.

(7) Target do plano em ações e opções Globais, a serem pagos em dinheiro ao final do período de vesting, conforme atingimento dos indicadores de performance do plano.

(8) Pagamento parcial do plano em espécie do valor correspondente às ações e opções que se tornaram vested.

(9) Target do plano em ações e opções Globais, a serem pagos em dinheiro ao final do período de vesting, conforme atingimento dos indicadores de performance do plano.

(10) Contratos finalizados, com entrega de 52.037 ações brutas no período, conforme condições estabelecidas no plano.

Planos Globais de ILP (Incentivo a Longo Prazo)

Atualmente, temos planos globais ativos lançados entre 2019 e 2025, com target em ações e opções globais, cujo desenho contempla:

- Definição clara de métricas de performance (financeiras e não financeiras);
- Diferimento plurianual, garantindo foco em resultados sustentáveis;
- Liquidação em ativos ou equivalentes financeiros, com observância das regras de malus e clawback.

Essa estrutura alinha-se às melhores práticas internacionais em governança de remuneração, reforçando transparência e disciplina de capital.

Modelo de Precificação

A mensuração dos planos baseia-se no modelo de Volatilidade Local (Dupire), ajustado para incorporar incertezas em dividendos, oferecendo maior precisão na estimativa de valor justo. Os principais parâmetros considerados incluem:

- Preço médio ponderado das ações;
- Preço de exercício;
- Volatilidade implícita e esperada;
- Taxa de juros livre de risco;
- Projeção de dividendos.

As opções possuem vencimentos até 2033, e o preço de exercício corresponde ao valor de mercado na data do exercício, condicionado ao atingimento das metas estabelecidas.

Planos Locais de ILP (Incentivo de Longo Prazo)

Os planos de incentivo de longo prazo locais poderão ser outorgados de acordo com a estratégia de novas empresas no grupo ou negócios específicos, geralmente com vesting de 3 (três) anos.

Cada plano tem um contrato específico e sua apuração e pagamento deverão ser aprovados pela governança estabelecida, observando resoluções normativas locais e globais.

O valor referência de cada participante será convertido em ações SANB11, normalmente pela cotação dos últimos 30 pregões do mês imediatamente anteriores ao do pagamento do plano.

Ao final do período de vesting, o pagamento seja das ações resultantes no caso dos planos locais ou do valor equivalente às ações/opções no caso dos planos globais, são realizados com restrição de 1 (um) ano, sendo este pagamento ainda sujeito à aplicação das cláusulas de Malus/Clawback, que poderão reduzir ou cancelar as ações a serem entregues em casos de descumprimento das normas internas e exposição a riscos excessivos, ou em casos de falha relevante no cumprimento dos requisitos para relatórios financeiros, em conformidade com a Seção 10D, da Exchange Act (SEC), aplicável a empresas com ações listadas na NYSE.

a.1) Impacto no Resultado

Os impactos no resultado são reconhecidos linearmente durante o período de vesting na rubrica Despesas de Pessoal, conforme abaixo:

		Consolidado	
		01/01 a 30/09/2026	01/01 a 30/09/2025
Programa	**Tipo de Liquidação**		
Local	Ações do Santander (Brasil) e	17.610	5.699
Global	Ações e Opções sobre Ações Globais	2.813	4.570

a.2) Remuneração Variável Referenciada em Ações

No plano de incentivo de longo prazo (Diferimento) estão determinados os requisitos para pagamento das parcelas diferidas futuras da remuneração variável, considerando as bases financeiras sustentáveis de longo prazo, incluindo a possibilidade de aplicação de reduções ou cancelamentos em função dos riscos assumidos e das oscilações do custo de capital.

O plano de remuneração variável com pagamento referenciado em ações do Banco Santander é dividido em 2 (dois) programas: (i) Coletivo Identificado, que incluem membros do Comitê Executivo, Diretores Estatutários e outros executivos que assumam riscos significativos e responsáveis das áreas de controle e (ii) Demais Funcionários, com remuneração variável acima de valor mínimo estabelecido em política. O diferimento para ambos os públicos é de 50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% em instrumentos. Os impactos no resultado estão contabilizados na rubrica Despesas de Pessoal, conforme abaixo:

Programa	**Participantes**	**Tipo de Liquidação**	**01/01 a 30/09/2026**	01/01 a 30/09/2025
Coletivo Identificado	Membros do Comitê Executivo, Diretores Estatutários e outros executivos que assumam riscos significativos e responsáveis das áreas de controle	50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% em ações (Units SANB11)	169.225	186.548
Demais Funcionários	Demais funcionários com remuneração variável acima de um valor mínimo estabelecido	50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% instrumentos	135.890	139.083

15. Segmentos operacionais

De acordo com o IFRS 8, um segmento operacional é um componente de uma entidade:

(a) Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade);

(b) Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho; e

(c) Para as quais informações financeiras distintas estejam disponíveis.

Com base nessas diretrizes, o Banco identificou os seguintes segmentos operacionais reportáveis:

- Banco Comercial
- Banco de Atacado Global

O Banco possui dois segmentos: o Banco Comercial, que inclui pessoas físicas e jurídicas (exceto para clientes corporativos globais, que são tratados no segmento de Banco de Atacado Global), e o segmento de Banco de Atacado Global, que inclui as operações de Banco de Investimento e Mercados, inclusive os departamentos de tesouraria e negócios com ações.

O Banco opera no Brasil e no exterior, por intermédio da agência de Cayman e de Luxemburgo, com clientes brasileiros e, portanto, não apresenta segmentação geográfica.

As Demonstrações do Resultado e outros dados significativos são os seguintes:

			01/01 a 30/09/2026			01/01 a 30/09/2025
Demonstração (Condensada) do Resultado	**Banco Comercial**	**Banco de Atacado Global**	**Total**	**Banco Comercial**	**Banco de Atacado Global**	**Total**
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	**38.240.916**	**4.688.340**	**42.929.256**	**40.494.852**	**3.367.330**	**43.862.182**
Receitas de instrumentos de patrimônio	3.778	50.824	54.602	5.613	60.177	65.790
Resultado de equivalência patrimonial	281.320	51.109	332.429	269.287	53.366	322.653
Receitas (despesas) líquidas de tarifas e comissões	11.059.930	1.444.707	12.504.637	11.256.422	1.614.279	12.870.701
Ganhos/(perdas) sobre ativos e passivos financeiros e Variações cambiais (1)	(1.467.378)	2.394.756	927.378	(2.989.992)	3.134.644	144.652
Outras receitas (despesas) operacionais	(751.181)	(87.874)	(839.055)	(320.729)	(80.764)	(401.493)
TOTAL DE RECEITAS	**47.367.385**	**8.541.862**	**55.909.247**	**48.715.453**	**8.149.032**	**56.864.485**
Despesas com pessoal	(7.435.970)	(905.561)	(8.341.531)	(8.000.704)	(831.375)	(8.832.079)
Outras despesas administrativas	(6.429.994)	(818.216)	(7.248.210)	(6.073.615)	(771.194)	(6.844.809)
Depreciação e amortização	(1.800.072)	(181.577)	(1.981.649)	(1.859.975)	(116.419)	(1.976.394)
Provisões (líquidas)	(4.604.533)	(53.247)	(4.657.780)	(3.529.899)	(29.518)	(3.559.417)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(21.052.053)	(986.508)	(22.038.561)	(23.483.853)	(424.696)	(23.908.549)
Perdas com outros ativos (líquidas)	(219.848)	(2.204)	(222.052)	(255.164)	(45)	(255.209)
Outros ganhos/ (perdas) financeiros	108.162	—	108.162	201.242	—	201.242
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO (1)	**5.933.077**	**5.594.549**	**11.527.626**	**5.713.485**	**5.975.785**	**11.689.270**
Hedge Cambial (1)	(181.198)	—	(181.198)	—	—	—
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO AJUSTADO (1)	**5.751.879**	**5.594.549**	**11.346.428**	**5.713.485**	**5.975.785**	**11.689.270**

(1) Inclui, no Banco Comercial, o hedge cambial do investimento em dólar (uma estratégia para mitigar os efeitos fiscais e de variação da taxa de câmbio de investimentos offshore sobre o lucro líquido), cujo resultado está registrado em "Ganhos (perdas) sobre ativos e passivos financeiros" integralmente compensado na linha de Impostos.

Demonstração (Condensada) do Resultado	01/07 a 30/09/2026			01/07 a 30/09/2025		
	Banco Comercial	**Banco de Atacado Global**	**Total**	**Banco Comercial**	**Banco de Atacado Global**	**Total**
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	**9.444.036**	**1.574.953**	**11.018.989**	**13.330.432**	**771.163**	**14.101.595**
Receitas de instrumentos de patrimônio	830	22.929	23.759	879	18.523	19.402
Resultado de equivalência patrimonial	102.040	14.429	116.469	94.880	21.589	116.469
Receitas (despesas) líquidas de tarifas e comissões	3.845.065	384.001	4.229.066	3.851.484	613.302	4.464.786
Ganhos/(perdas) sobre ativos e passivos financeiros e Variações cambiais (1)	2.093.408	898.561	2.991.969	(1.282.774)	1.376.844	94.070
Outras receitas (despesas) operacionais	(315.284)	(34.643)	(349.927)	(65.516)	(27.318)	(92.834)
TOTAL DE RECEITAS	**15.170.095**	**2.860.230**	**18.030.325**	**15.929.385**	**2.774.103**	**18.703.488**
Despesas com pessoal	(2.388.869)	(290.480)	(2.679.349)	(2.611.438)	(272.492)	(2.883.930)
Outras despesas administrativas	(2.075.607)	(265.686)	(2.341.293)	(2.058.170)	(256.252)	(2.314.422)
Depreciação e amortização	(596.104)	(62.508)	(658.612)	(611.277)	(40.464)	(651.741)
Provisões (líquidas)	(1.171.096)	(18.287)	(1.189.383)	(1.194.528)	(83.008)	(1.277.536)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(7.226.702)	(352.952)	(7.579.654)	(6.344.709)	(175.682)	(6.520.391)
Perdas com outros ativos (líquidas)	(199.085)	(1.744)	(200.829)	(77.206)	(41)	(77.247)
Outros ganhos/ (perdas) financeiros	42.383	—	42.383	101.492	—	101.492
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO (1)	**1.555.015**	**1.868.573**	**3.423.588**	**3.133.549**	**1.946.164**	**5.079.713**
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO AJUSTADO (1)	**1.555.015**	**1.868.573**	**3.423.588**	**3.133.549**	**1.946.164**	**5.079.713**

(1) Inclui, no Banco Comercial, o hedge cambial do investimento em dólar (uma estratégia para mitigar os efeitos fiscais e de variação da taxa de câmbio de investimentos offshore sobre o lucro líquido), cujo resultado está registrado em "Ganhos (perdas) sobre ativos e passivos financeiros" integralmente compensado na linha de Impostos.

Outros:	30/09/2026			31/12/2025		
	Banco Comercial	**Banco de Atacado Global**	**Total**	**Banco Comercial**	**Banco de Atacado Global**	**Total**
Total do ativo	**1.225.097.161**	**91.490.869**	**1.316.588.030**	**1.180.389.914**	**89.639.551**	**1.270.029.465**
Empréstimos e adiantamentos a clientes	472.773.057	77.183.086	549.956.143	484.676.332	79.872.224	564.548.556
Depósitos de clientes	508.083.426	124.953.126	633.036.552	475.642.024	117.686.772	593.328.796

16. Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas do Banco incluem, além de suas controladas, afiliadas e controladas em conjunto, o pessoal-chave da Administração do Banco e entidades sobre as quais esse pessoal-chave pode exercer influência ou controle significativo.

O Santander possui Política para Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como objetivo assegurar que todas as transações tipificadas na política sejam efetuadas tendo em vista os interesses do Banco Santander e de seus acionistas. A política define poderes para aprovação de determinadas transações pelo Conselho de Administração. As regras previstas são também aplicadas a todos os colaboradores e administradores do Banco Santander e de suas controladas.

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

a) Remuneração de pessoal-chave da Administração

Para o período de Janeiro a Dezembro de 2026, o montante proposto pela administração como remuneração global dos administradores (Conselho de Administração e Diretoria Executiva) é de até R$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais), abrangendo a remuneração fixa, variável e baseada em ações. A proposta foi objeto de deliberação na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 29 de abril de 2026.

i) Benefícios de curto e longo prazo

O Banco, assim como o Banco Santander Espanha, igualmente como outras controladas no mundo do Banco Santander, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base na obtenção de metas.

A tabela a seguir demonstra os Salários e Honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva:

	01/07 a 30/09/2026	**01/01 a 30/09/2026**	01/07 a 30/09/2025	01/01 a 30/09/2025
Remuneração Fixa	27.630	105.373	34.967	106.070
Remuneração variável - Em espécie	19.557	99.924	17.392	89.686
Remuneração variável - Em ações	15.305	83.426	12.464	75.404
Outras	25.374	86.111	27.071	83.044
Total Benefícios de Curto Prazo	**87.866**	**374.834**	**91.894**	**354.204**
Remuneração variável - Em espécie	13.063	125.778	11.688	115.640
Remuneração variável - Em ações	13.040	108.560	11.106	103.154
Total Benefícios de Longo Prazo	**26.103**	**234.338**	**22.794**	**218.794**
Total	**113.969**	**609.172**	**114.688**	**572.998**

Adicionalmente, no período findo em 30 de setembro de 2026, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da administração no montante de R$ 33.824 (30/09/2025 - R$ 33.549).

ii) Rescisão do contrato

A extinção da relação de trabalho com os administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira e seus benefícios poderão ser descontinuados.

b) Operações de crédito

O Banco e suas controladas poderão efetuar transações com partes relacionadas, alinhadas com a legislação vigente no que tange aos artigos 6º e 7º da Resolução CMN nº 4.693/18, o artigo 34 da "Lei das Sociedades Anônimas" e a Política para Transações com Partes Relacionadas do Santander, publicada no site de Relações com Investidores, ou seja, efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade, sendo consideradas partes relacionadas:

(1) seus controladores, pessoas naturais ou jurídicas, nos termos do art. 116 da Lei das Sociedades Anônimas;
(2) seus diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais;
(3) em relação às pessoas mencionadas nos incisos (i) e (ii), seu cônjuge, companheiro e parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau;
(4) pessoas naturais com participação societária qualificada em seu capital;

(5) pessoas jurídicas em cujo capital, direta ou indiretamente, uma Instituição Financeira Santander possua participação societária qualificada;
(6) pessoas jurídicas nas quais uma Instituição Financeira Santander possua controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária; e
(7) pessoas jurídicas que possuam diretor ou membro do Conselho de Administração em comum com uma Instituição Financeira Santander.

c) Participação acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais) em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025:

Em Milhares de Ações

30/09/2026

Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)	Total Ações	Total Ações (%)
Sterrebeeck B.V. (1)	1.809.583	47,4 %	1.733.644	47,1 %	3.543.227	47,3 %
Grupo Empresarial Santander, S.L. (GES) (1)	1.627.891	42,6 %	1.539.863	41,9 %	3.167.755	42,3 %
Banco Santander, S.A. (1)	2.696	0,1 %	-	0,0 %	2.696	0,0 %
Administradores (*)	2.590	0,1 %	2.590	0,1 %	5.179	0,1 %
Outros (2)	370.516	9,7 %	398.320	10,8 %	768.836	10,3 %
Total em Circulação	**3.813.276**	**99,9 %**	**3.674.417**	**99,9 %**	**7.487.693**	**99,9 %**
Ações em Tesouraria	5.419	0,1 %	5.419	0,2 %	10.838	0,1 %
Total	**3.818.695**	**100,0 %**	**3.679.836**	**100,0 %**	**7.498.531**	**100,0 %**

Em Milhares de Ações

31/12/2025

Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)	Total Ações	Total Ações (%)
Sterrebeeck B.V. (1)	1.809.583	47,4 %	1.733.644	47,1 %	3.543.227	47,3 %
Grupo Empresarial Santander, S.L. (GES) (1)	1.627.891	42,6 %	1.539.863	41,9 %	3.167.755	42,2 %
Banco Santander, S.A. (1)	2.696	0,1 %	-	— %	2.696	— %
Administradores (*)	3.083	0,1 %	3.083	0,1 %	6.167	0,1 %
Outros (2)	361.775	9,5 %	389.579	10,6 %	751.354	10,0 %
Total em Circulação	**3.805.028**	**99,6 %**	**3.666.169**	**99,6 %**	**7.471.199**	**99,6 %**
Ações em Tesouraria	13.666	0,4 %	13.666	0,4 %	27.332	0,4 %
Total	**3.818.694**	**100,0 %**	**3.679.837**	**100,0 %**	**7.498.531**	**100,0 %**

(1) Empresas do Grupo Santander Espanha.

(2) Composto por participação de Funcionários e Outros.

(*) Nenhum dos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva mantém 1,0% ou mais de qualquer classe de ações.

d) Transações com partes relacionadas

A tabela a seguir apresenta as transações ocorridas entre as empresas do Banco:

	Controladores (1)		Coligadas e de Controle Compartilhado (2)		Pessoal Chave da Administração (3)		Total	
	30/09/2026	31/12/2025	**30/09/2026**	31/12/2025	**30/09/2026**	31/12/2025	**30/09/2026**	31/12/2025
Ativo	**16.530.303**	**14.794.190**	**29.662.588**	**29.515.608**	**377.326**	**129.098**	**46.570.217**	**44.438.896**
Ativos Financeiros mensurados ao valor justo no resultado- Derivativos, posição líquida	3.888.300	3.927.271	-	-	56.880	6.711	3.945.180	3.933.982
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito - Disponibilidades e Aplicações em Moeda Estrangeira (Aplicações Overnight)	12.546.603	10.865.422	66.877	156.837	-	-	12.613.480	11.022.259
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	28.947.317	28.767.276	191.314	94.320	29.138.631	28.861.596
Outros ativos	95.400	1.497	648.394	591.495	104.128	-	847.922	592.992
Garantias e Limites	-	-	-	-	25.004	28.067	25.004	28.067
Passivo	**(8.008.462)**	**(3.932.658)**	**(12.152.561)**	**(12.442.585)**	**(838.955)**	**187.483**	**(20.999.978)**	**(16.187.760)**
Depósitos de instituições de crédito	(8.008.462)	(3.909.005)	(1.029.467)	(750.775)	-	-	(9.037.929)	(4.659.780)
Depósitos de clientes	-	-	(3.537.195)	(2.623.152)	(123.154)	(72.459)	(3.660.349)	(2.695.611)
Outros passivos financeiros	-	(181)	(6.736.004)	(8.276.298)	-	-	(6.736.004)	(8.276.479)
Outras obrigações	-	(23.472)	(849.895)	(792.360)	(715.801)	259.942	(1.565.696)	(555.890)

	01/01 a 30/09/2026	01/01 a 30/09/2025	**01/01 a 30/09/2026**	01/01 a 30/09/2025	**01/01 a 30/09/2026**	01/01 a 30/09/2025	**01/01 a 30/09/2026**	01/01 a 30/09/2025
Resultado	**2.339.323**	**2.607.435**	**(417.862)**	**469.482**	**(37.560)**	**(200.442)**	**1.883.901**	**2.876.475**
Receitas com juros e similares - Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	84.283	178.242	-	1.165	332	6.284	84.615	185.691
Garantias e Limites	-	-	-	-	2	18	2	18
Despesas com juros e similares	(55.361)	(56.621)	(226.967)	(207.990)	(37.895)	(206.744)	(320.223)	(471.355)
Receitas (despesas) de tarifas e comissões	(17.852)	(672)	1.071.721	1.108.471	-	-	1.053.869	1.107.799
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros e variações cambiais líquidas	2.361.214	2.711.403	-	-	-	-	2.361.214	2.711.403
Outras receitas (despesas) operacionais	-	-	103.772	208.394	-	-	103.772	208.394
Despesas administrativas e amortização	(32.961)	(224.917)	(1.366.388)	(640.558)	-	-	(1.399.349)	(865.475)

(1) Controlador - O Banco Santander é controlado indiretamente pelo Banco Santander Espanha (Nota 1), através das subsidiárias GES e Sterrebeeck B.V.

(2) Empresas relacionadas na Nota 5.

(3) Refere-se ao registro em contas de compensação das Garantias e Limites de operações de crédito com Pessoal Chave da Administração.

17. Valor justo dos ativos e passivos financeiros

O Banco Santander classifica as mensurações ao valor justo de acordo com a hierarquia estabelecida pelas normas contábeis aplicáveis, considerando a natureza, a observabilidade e a significância dos dados de entrada (inputs) utilizados nas respectivas técnicas de avaliação. A classificação da mensuração como um todo é determinada com base no input de nível mais baixo que seja significativo para a mensuração do valor justo.

Nível 1: compreende mensurações baseadas em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais o Banco tenha acesso na data da mensuração. Incluem-se neste nível, quando atendidos esses critérios, títulos públicos, ações e derivativos negociados em mercados organizados.

Nível 2: compreende mensurações que utilizam dados de entrada diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1, mas que sejam observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Esses dados podem incluir, entre outros, preços cotados de instrumentos similares, curvas de taxas de juros, taxas de câmbio, spreads de crédito, volatilidades e outros parâmetros observáveis de mercado. Também podem ser classificadas neste nível mensurações que contenham inputs não observáveis que não sejam significativos para a mensuração como um todo.

Para instrumentos financeiros negociados em mercado de balcão, incluindo derivativos, o Banco utiliza técnicas de avaliação consistentes com práticas de mercado, tais como métodos de valor presente, modelos de precificação de opções, incluindo Black-Scholes quando aplicável, e outras técnicas adequadas às características dos instrumentos. Sempre que aplicável, as técnicas de avaliação maximizam a utilização de dados observáveis relevantes e minimizam a utilização de dados não observáveis.

Nível 3: compreende mensurações nas quais um ou mais dados de entrada não observáveis sejam significativos para a determinação do valor justo do ativo ou passivo. Nesses casos, o Banco utiliza técnicas de avaliação apropriadas às características dos instrumentos e às informações disponíveis, incorporando premissas que reflitam aquelas que os participantes de mercado utilizariam na precificação do ativo ou passivo. Os inputs não observáveis podem ser determinados, conforme aplicável, a partir das melhores informações disponíveis e são avaliados considerando sua significância para a mensuração do valor justo como um todo.

A classificação entre os níveis da hierarquia é revisada considerando a observabilidade e a significância dos dados de entrada utilizados nas mensurações.

A tabela a seguir mostra um resumo dos valores justos dos ativos e passivos financeiros no período findo em 30 de setembro de 2026 e de 31 de dezembro de 2025, classificados com base nos diversos métodos de mensuração adotados pelo Banco para apurar seu valor justo.

				30/09/2026
	Nível 1	**Nível 2**	**Nível 3**	**Total**
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	**84.248.627**	**195.512.365**	**2.803.350**	**282.564.342**
Instrumentos de dívida	79.085.406	17.727.212	1.419.711	98.232.329
Instrumentos de patrimônio	5.163.221	-	186.670	5.349.891
Derivativos	-	28.884.869	875.039	29.759.908
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	4.513.281	321.930	4.835.211
Reservas no Banco Central do Brasil	-	144.387.003	-	144.387.003
Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes	**60.035.038**	**298.389**	**4.002.576**	**64.336.003**
Instrumentos de dívida	60.035.038	298.389	4.002.565	64.335.992
Instrumentos de patrimônio	-	-	11	11
Derivativos Utilizados como Hedge Accounting (Ativo)	**-**	**41.989**	**-**	**41.989**
Passivos Financeiros mensurados ao Valor Justo no Resultado	**-**	**83.131.537**	**2.133.456**	**85.264.993**
Derivativos	-	23.047.805	2.133.456	25.181.261
Posições vendidas	-	60.077.100	-	60.077.100
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários	-	6.632	-	6.632
Derivativos Utilizados como Hedge Accounting (Passivo)	**-**	**5.551**	**-**	**5.551**

				31/12/2025
	Nível 1	**Nível 2**	**Nível 3**	**Total**
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	**84.368.028**	**174.725.164**	**3.313.957**	**262.407.149**
Instrumentos de dívida	79.505.635	14.889.571	1.150.820	95.546.026
Instrumentos de patrimônio	4.862.393	-	-	4.862.393
Derivativos	-	64.266.589	1.323.617	65.590.206
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	5.574.067	839.520	6.413.587
Reservas no Banco Central do Brasil	-	89.994.937	-	89.994.937
Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes	**65.444.645**	**-**	**4.001.938**	**69.446.583**
Instrumentos de dívida	65.444.625	-	3.909.595	69.354.220
Instrumentos de patrimônio	20	-	92.343	92.363
Derivativos Utilizados como Hedge Accounting (Ativo)	**-**	**217.492**	**-**	**217.492**
Passivos Financeiros mensurados ao Valor Justo no Resultado	**-**	**110.545.164**	**1.926.147**	**112.471.311**
Derivativos	-	57.901.839	1.926.147	59.827.986
Posições vendidas	-	49.380.059	-	49.380.059
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários	-	3.263.266	-	3.263.266
Derivativos Utilizados como Hedge Accounting (Passivo)	**-**	**184.005**	**-**	**184.005**

Movimentações de Valor Justo de Nível 3

As tabelas a seguir demonstram as movimentações ocorridas durante os períodos de 30 de setembro de 2026 e de 2025 para os ativos e passivos financeiros classificados como Nível 3 na hierarquia do valor justo:

	Valor justo 31/12/2025	**Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/não Realizado)**	**Transferências no e/ ou Fora do Nível 3**	**Adições/ (Baixas)**	**Valor Justo 30/09/2026**
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	3.313.957	(352.642)	464.268	(622.233)	2.803.350
Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes	4.001.938	638	—	—	4.002.576
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	1.926.147	815.476	(556.055)	(52.112)	2.133.456

	Valor justo 31/12/2024	**Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/ não Realizado)**	**Transferências no e/ ou Fora do Nível 3**	**Adições/ (Baixas)**	**Valor Justo 30/09/2025**
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	7.123.218	(335.033)	(925.224)	(532.584)	5.330.377
Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes	3.438.024	(1.924.691)	—	1.704.502	3.217.835
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	509.368	29.468	236.318	524.130	1.299.284

Movimentações de valor justo atreladas a risco de crédito

As variações no valor justo atribuíveis a mudanças no risco de crédito são determinadas com base nas variações dos preços de *credit default swaps* comparados com obrigações semelhantes do mesmo devedor quando tais preços são observáveis, visto que esses *credit default swaps* refletem melhor a avaliação do mercado dos riscos de crédito para um ativo financeiro específico. Quando referidos preços não são observáveis, as variações do valor justo atribuíveis a mudanças no risco de crédito são determinadas como o valor total das variações no valor justo não atribuíveis a mudanças na taxa básica de juros ou em outras taxas de mercado observadas. Na ausência de dados observáveis específicos, esta abordagem fornece uma aproximação razoável das mudanças atribuíveis ao risco de crédito, pois estima a mudança de margem acima do valor de referência que o mercado poderá exigir para o ativo financeiro.

Ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo

Os ativos financeiros do Banco são mensurados ao valor justo no balanço patrimonial consolidado condensado, exceto ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

No mesmo sentido, os passivos financeiros do Banco exceto os passivos financeiros para negociação e os mensurados ao valor justo - são avaliados ao custo amortizado no balanço patrimonial consolidado condensado.

i) Ativos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo

Abaixo apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos ativos financeiros do Banco mensurados a outro valor que não o seu valor justo e seus respectivos valores justos em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025:

					30/09/2026
Ativo	**Valor Contábil**	**Valor Justo**	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**
Disponibilidades	24.448.946	24.448.946	-	24.448.946	-
Ativos financeiros ao custo amortizado:					
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	50.884.524	50.884.524	-	21.984.288	28.900.236
Empréstimos e adiantamentos a clientes	545.120.932	543.868.535	-	-	543.868.535
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado - Instrumentos de dívida	124.728.368	124.711.773	62.796.017	-	61.915.756
Reservas no Banco Central do Brasil	98.803.104	98.803.104	-	98.803.104	-
Total	**843.985.874**	**842.716.882**	**62.796.017**	**145.236.338**	**634.684.527**

					31/12/2025
Ativo	**Valor Contábil**	**Valor Justo**	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**
Disponibilidades	20.232.729	20.232.729	20.232.729	-	-
Ativos financeiros ao custo amortizado:					
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	35.947.923	35.947.923	-	20.311.427	15.636.496
Empréstimos e adiantamentos a clientes	558.134.969	558.401.338	-	-	558.401.338
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado - Instrumentos de dívida	114.708.615	114.803.683	53.703.410	2.426	61.097.847
Reservas no Banco Central do Brasil	91.754.315	91.754.315	-	91.754.315	-
Total	**820.778.551**	**821.139.988**	**73.936.139**	**112.068.168**	**635.135.681**

ii) Passivos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo

A seguir apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos passivos financeiros ao custo amortizado do Banco mensurados a outro valor que não o valor justo e seus respectivos valores justos em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025:

					30/09/2026
Passivo	**Contábil**	**Valor Justo**	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**
Passivos financeiros ao custo amortizado:					
Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito	159.457.151	159.457.151	-	25.000.817	134.456.334
Depósitos de clientes	633.036.552	633.386.572	-	90.481.302	542.905.270
Obrigações por títulos e valores mobiliários	159.109.090	156.510.687	-	-	156.510.687
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	32.917.449	32.924.880	-	-	32.924.880
Outros passivos financeiros	77.164.376	77.164.376	-	-	77.164.376
Total	**1.061.684.618**	**1.059.443.666**	**-**	**115.482.119**	**943.961.547**

					31/12/2025
Passivo	**Contábil**	**Valor Justo**	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**
Passivos financeiros ao custo amortizado:					
Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito	146.867.521	146.867.521	-	25.279.956	121.587.565
Depósitos de clientes	593.328.796	593.328.796	-	76.561.726	516.767.070
Obrigações por títulos e valores mobiliários	156.662.290	159.163.562	-	-	159.163.562
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	28.113.937	28.113.937	-	-	28.113.937
Outros passivos financeiros	67.414.002	67.414.002	-	-	67.414.002
Total	**992.386.546**	**994.887.818**	**-**	**101.841.682**	**893.046.136**

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

Empréstimos e outros valores com instituições de crédito e com clientes - O valor justo é estimado por grupos de operações de créditos similares. O valor justo dos empréstimos foi determinado pelo desconto dos fluxos de caixa utilizando as taxas de juros dos novos contratos. Ou seja, o fluxo de caixa futuro da carteira de crédito atual é estimado com base nas taxas contratuais, e, em seguida, os *spreads* com base nos novos empréstimos são incorporados para a curva de juros livre de risco, a fim de calcular o valor justo da carteira de crédito. Em termos de hipóteses de comportamento, é importante sublinhar que a taxa de pré-pagamento é aplicada à carteira de crédito.

Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito e de clientes - O valor justo dos depósitos foi calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos de caixa nas condições contratuais e as taxas atualmente praticadas no mercado para instrumentos cujos vencimentos são similares. O valor justo dos depósitos a prazo com taxa variável foi considerado como próximo ao seu valor contábil.

Obrigações por títulos e valores mobiliários - Os valores justos destes itens foram estimados por meio do cálculo de fluxo de caixa descontado através das taxas de juros oferecidas no mercado a obrigações com prazos e vencimentos similares.

Outros passivos financeiros - conforme nota explicativa, incluem substancialmente valores a repassar decorrentes das operações de cartões de crédito, transações pendentes de liquidação e dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar, cujo valor contábil é similar ao seu valor justo.

As técnicas de avaliação utilizadas para a estimativa de cada nível estão definidas na **Nota 1.c.3.1.i**.

18. Outras Divulgações

a) Oferta Pública de Aquisição de ações do Banco Santander (Brasil) S.A.

Em 30 de julho de 2026, o Banco Santander, S.A. (“Banco Santander”) anunciou sua intenção de realizar oferta pública voluntária de permuta para aquisição da totalidade das ações, units e American Depositary Shares (“ADSs”) de emissão do Banco Santander (Brasil) S.A. (“Santander Brasil”) não detidas, direta ou indiretamente, pelo Banco Santander, mediante entrega de Brazilian Depositary Receipts (“BDRs”) ou ADSs representativos de ações de sua emissão. Em 21 de setembro de 2026, foram protocolados perante as autoridades competentes os pedidos de registro necessários à realização da oferta. A realização da oferta permanece sujeita ao cumprimento de determinadas condições usuais em operações dessa natureza, incluindo a obtenção das aprovações regulatórias aplicáveis e a aprovação do correspondente aumento de capital do Banco Santander por sua assembleia geral de acionistas.

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os principais fatores de risco dos instrumentos derivativos assumidos estão relacionados a taxas de câmbio, taxas de juros e renda variável. Na administração deste e de outros fatores de risco de mercado, são utilizadas práticas que incluem a mensuração e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos *gaps* de liquidez, dentre outras práticas que permitem o controle e o acompanhamento dos riscos, que podem afetar as posições do Banco Santander nos diversos mercados onde atua. Com base neste modelo de gestão, o Banco tem conseguido, com a utilização de operações envolvendo instrumentos derivativos, otimizar a relação risco-benefício mesmo em situações de grande volatilidade.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado através de cotações de preço de mercado. O valor justo dos *swaps* é determinado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado, refletindo os fatores de risco adequados. O valor justo dos contratos a termo e de futuros também é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando metodologias similares àquelas descritas para *swaps*. O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como *Black & Scholes*, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente. Os preços atuais de mercado são usados para precificar as volatilidades. Para os derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, o preço justo é obtido por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos.

I) Resumo dos Instrumentos Financeiros Derivativos

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento, demonstrado pelo seu valor justo:

	30/09/2026		31/12/2025	
	Ativo	**Passivo**	**Ativo**	**Passivo**
Swap - Diferencial a Receber	13.635.604	13.351.777	11.595.591	11.893.221
Prêmios de Opções a Exercer	5.518.238	7.124.738	6.312.487	5.970.844
Contratos a Termo e Outros	10.648.055	4.710.297	47.899.620	42.147.926
Total	**29.801.897**	**25.186.812**	**65.807.698**	**60.011.991**

II) Instrumentos Financeiros Derivativos Registrados em Contas de Compensação e Patrimoniais

	30/09/2026			31/12/2025		
Negociação	**Valor Referencial (1)**	**Valor da Curva**	**Valor Justo**	**Valor Referencial (1)**	**Valor da Curva**	**Valor Justo**
Swap	**970.574.454**	**310.732**	**283.827**	**1.091.352.145**	**(2.221.515)**	**(297.630)**
Ativo	**479.771.676**	**7.854.305**	**13.635.604**	**544.480.673**	**9.298.735**	**11.595.591**
Juros	337.772.753	3.671.508	7.958.698	424.253.131	6.039.353	6.846.017
Moeda Estrangeira	138.858.729	4.182.797	6.655.269	118.489.312	3.257.875	4.746.233
Outros	3.140.194	-	(978.363)	1.738.230	1.507	3.341
Passivo	**490.802.778**	**(7.543.573)**	**(13.351.777)**	**546.871.472**	**(11.520.250)**	**(11.893.221)**
Juros	442.629.123	(6.118.940)	(11.624.465)	510.279.375	(10.369.508)	(10.349.447)
Moeda Estrangeira	45.344.207	(1.423.128)	(1.390.718)	35.498.945	(1.150.742)	(1.353.372)
Outros	2.829.448	(1.505)	(336.594)	1.093.152	-	(190.402)
Opções	**618.299.972**	**(3.619.509)**	**(1.606.499)**	**724.241.728**	**(2.364.529)**	**341.643**
Compromissos de Compra	**293.582.478**	**4.805.316**	**5.518.238**	**300.697.253**	**4.436.345**	**6.312.487**
Opções de Compra Moeda Estrangeira	259.710.003	3.143.909	3.275.396	20.042.978	2.152.833	2.066.252
Opções de Venda Moeda Estrangeira	17.434.291	875.508	1.178.622	15.954.554	855.034	900.935
Opções de Compra Outras	**5.672.997**	**173.339**	**199.467**	**12.400.038**	**887.741**	**3.216.466**
Mercado Interfinanceiro	5.672.997	173.339	199.467	5.677.984	555.307	2.287.818
Opções de Risco de Juros	-	-	-	6.722.054	332.434	928.648
Opções de Venda Outras	**10.765.187**	**612.560**	**864.753**	**252.299.683**	**540.737**	**128.834**
Mercado Interfinanceiro	111.566	8.181	307	204.462	113.366	74.030
Opções de Risco de Juros	10.653.621	604.379	864.446	252.095.221	427.371	54.804
Compromissos de Venda	**324.717.494**	**(8.424.825)**	**(7.124.738)**	**423.544.475**	**(6.800.874)**	**(5.970.844)**
Opções de Compra Moeda Estrangeira	230.542.778	(1.298.628)	(1.580.374)	11.780.868	(629.651)	(430.424)
Opções de Venda Moeda Estrangeira	8.841.236	(469.779)	(615.185)	12.130.582	(637.961)	(681.040)
Opções de Compra Outras	**57.776.659**	**(5.216.775)**	**(3.432.396)**	**90.098.059**	**(4.452.630)**	**(3.443.887)**
Mercado Interfinanceiro	32.029.114	(3.231.931)	(2.234.082)	25.152.891	(2.505.829)	(1.845.726)
Opções de Risco de Juros	25.747.545	(1.984.844)	(1.198.314)	64.945.168	(1.946.801)	(1.598.161)
Opções de Venda Outras	**27.556.821**	**(1.439.643)**	**(1.496.783)**	**309.534.966**	**(1.080.632)**	**(1.415.493)**
Mercado Interfinanceiro	2.376.410	(153.977)	(39.552)	2.860.119	(239.648)	(507.171)
Opções de Risco de Juros	25.180.411	(1.285.666)	(1.457.231)	306.674.847	(840.984)	(908.322)
Contratos de Futuros	**720.906.344**	**-**	**-**	**567.709.896**	**-**	**-**
Posição Comprada	**366.363.738**	**-**	**-**	**283.663.279**	**-**	**-**
Cupom Cambial (DDI)	140.634.522	-	-	95.881.997	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	144.095.018	-	-	160.220.757	-	-
Moeda Estrangeira	70.167.968	-	-	21.182.934	-	-
Índice (3)	8.204.507	-	-	3.206.380	-	-

Treasury Bonds/Notes	3.261.723	-	-	3.171.211	-	-
Posição Vendida	**354.542.606**	**-**	**-**	**284.046.617**	**-**	**-**
Cupom Cambial (DDI)	140.634.522	-	-	95.902.371	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	144.095.018	-	-	160.220.757	-	-
Moeda Estrangeira	58.383.121	-	-	21.545.898	-	-
Índice (3)	8.168.222	-	-	3.206.380	-	-
Treasury Bonds/Notes	3.261.723	-	-	3.171.211	-	-
Contratos a Termo e Outros	**541.108.644**	**(4.362.955)**	**5.937.758**	**480.123.205**	**(37.395.965)**	**5.751.694**
Compromissos de Compra	**268.372.845**	**11.727.383**	**10.648.055**	**221.363.620**	**5.957.072**	**47.899.620**
Moedas	181.837.934	10.833.836	8.166.629	154.265.360	5.618.233	8.490.694
Outros	86.534.911	893.547	2.481.426	67.098.260	338.839	39.408.926
Compromissos de Venda	**272.735.799**	**(16.090.338)**	**(4.710.297)**	**258.759.585**	**(43.353.037)**	**(42.147.926)**
Moedas	186.813.630	(15.809.532)	(3.369.036)	191.491.609	(42.844.482)	(2.513.427)
Outros	85.922.169	(280.806)	(1.341.261)	67.267.976	(508.555)	(39.634.499)

(1) Valor nominal dos contratos atualizados.

(2) Inclui opções de índices, sendo principalmente, opções que envolvem US Treasury, ações e índices de ações.

(3) Inclui índices Bovespa e S&P.

III) Instrumentos Financeiros Derivativos por Contraparte, Abertura por Vencimento e Mercado de Negociação

Valor Referencial

	Contraparte					**Abertura por Vencimento**			**Mercado de Negociação**	
				30/09/2026	31/12/2025			**30/09/2026**		**30/09/2026**
	Clientes	**Partes Relacionadas**	**Instituições Financeiras (1)**	**Total**	**Total**	**Até 3 Meses**	**De 3 a 12 Meses**	**Acima de 12 Meses**	**Bolsas (2)**	**Balcão (3)**
Swap	274.534.454	445.336.061	250.703.939	970.574.454	1.091.352.145	63.041.335	164.121.895	743.411.224	65.190.173	905.384.281
Opções	92.370.633	19.421.364	506.507.975	618.299.972	724.241.728	99.691.605	391.262.731	127.345.636	455.746.056	162.553.916
Contratos de Futuros	8.506.215	828.944	711.571.185	720.906.344	567.709.896	258.362.725	267.868.885	194.674.734	719.981.687	924.657
Contratos a Termo e Outros	110.476.217	262.380.429	168.251.998	541.108.644	480.123.205	204.244.418	172.011.994	164.852.232	37.738.329	503.370.315

(1) Inclui operações que tenham como contraparte a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e outras bolsas de valores e mercadorias.

(2) Inclui valores negociados na B3.

(3) É composto por operações que são incluídas em câmaras de registro, conforme regulamentação do Bacen.

IV) Hedge Contábil

O Banco no curso normal de suas operações, fica exposto à riscos de mercado que geram assimetrias contábeis ou volatilidade em seu resultado contábil. Para eliminar essas assimetrias ou reduzir a volatilidade, o Banco utiliza contratos de instrumentos financeiros derivativos (*Swap* e Futuros) e que são designados a estruturas de *Hedge* Contábil de valor justo ou de fluxo de caixa.

IV.I) Hedge de Valor Justo

A estratégia de *hedge* de valor justo do Banco tem o objetivo de proteger o valor justo de ativos e passivos, decorrentes de oscilação na taxa de juros referencial (CDI, SELIC, SOFR) e taxas pré-fixadas ; na oscilação de moedas (Risco Cambial) e/ou na oscilação de índice de preços (IPCA). O Banco acompanha cada estrutura de *hedge* avaliando sua eficácia conforme determina o IFRS 9.

						30/09/2026
Estratégias	**Valor Contábil**		**Notional**		**Ajuste a Valor Justo**	
Hedge de Valor Justo	**Objeto (1)**	**Instrumento (1)**	**Objeto (1)**	**Instrumento (1)**	**Objeto (1)**	**Instrumento (1)**
Contratos de Swap	**1.583.329**	**1.640.030**	**1.534.310**	**1.534.310**	**49.019**	**105.720**
Hedge de Operações de Crédito	1.072.171	1.124.122	1.036.180	1.036.180	35.991	87.942
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	511.158	515.908	498.130	498.130	13.028	17.778
Contratos de Futuros	**55.499.266**	**52.018.605**	**55.083.987**	**51.594.620**	**415.279**	**423.985**
Hedge de Operações de Crédito	6.677.602	6.565.376	6.539.540	6.426.378	138.062	138.998
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	44.806.448	41.868.936	44.731.135	41.792.756	75.313	76.180
Hedge de Captações	4.015.216	3.584.293	3.813.312	3.375.486	201.904	208.807

						31/12/2025
Estratégias	**Valor Contábil**		**Notional**		**Ajuste a Valor Justo**	
Hedge de Valor Justo	**Objeto (1)**	**Instrumento (1)**	**Objeto (1)**	**Instrumento (1)**	**Objeto (1)**	**Instrumento (1)**
Contratos de Swap	**1.772.953**	**1.772.396**	**108.402**	**107.845**	**1.664.551**	**1.664.551**
Hedge de Operações de Crédito	1.206.323	1.208.934	39.902	42.513	1.166.421	1.166.421
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	566.630	563.462	68.500	65.332	498.130	498.130
Contratos de Futuros	**62.479.883**	**58.971.531**	**516.518**	**588.237**	**61.963.365**	**58.383.294**
Hedge de Operações de Crédito	1.734.576	1.580.811	169.359	196.301	1.565.217	1.384.510
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	55.187.708	52.690.842	70.784	88.352	55.116.924	52.602.490
Hedge de Captações	5.557.599	4.699.878	276.375	303.584	5.281.224	4.396.294

(1) Valores credores se referem à operações ativas e operações devedoras à operações passivas.

				30/09/2026	31/12/2025
Estratégias	**Até 3 Meses**	**De 3 a 12 Meses**	**Acima de 12 Meses**	**Total**	**Total**
Hedge de Valor Justo					
Contratos de Swap	**1.036.180**	**-**	**498.130**	**1.534.310**	**107.845**
Hedge de Operações de Crédito	1.036.180	-	-	1.036.180	42.513
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	-	498.130	498.130	65.332
Contratos de Futuros	**4.419.502**	**32.575.971**	**14.599.147**	**51.594.620**	**588.237**
Hedge de Operações de Crédito	1.225.052	4.929.216	272.110	6.426.378	196.301
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	3.194.450	27.411.939	11.186.367	41.792.756	88.352
Hedge de Captações	-	234.816	3.140.670	3.375.486	303.584

IV.II) Hedge de Fluxo de Caixa

As estratégias de *hedge* de fluxo de caixa do Banco consistem em *hedge* de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros e exposição à taxa de câmbio, que são atribuíveis às alterações nas taxas de juros relativas a ativos e passivos reconhecidos e alterações de taxas de câmbio de ativos e passivos não reconhecidos.

Em *hedges* de fluxo de caixa a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de *hedge* é reconhecida temporariamente no patrimônio líquido sob a rubrica "Outros Resultados Abrangentes – *hedges* de fluxo de caixa" até que as transações previstas ocorram , quando então essa parcela é reconhecida nas demonstrações consolidadas do resultado, exceto, se as transações previstas resultem no reconhecimento de ativos ou passivos não financeiros, essa parcela será incluída no custo do ativo ou passivo financeiro.

	30/09/2026	31/12/2025
Estrutura de Hedge	**Parcela Efetiva Acumulada**	**Parcela Efetiva Acumulada**
Hedge de Fluxo de Caixa		
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	(64.853)	(250.800)
Hedge de Captações	(145.602)	(367.808)
Total	**(210.455)**	**(618.608)**

					30/09/2026	
Estratégias	**Valor Contábil**		**Notional**		**Ajuste a Valor Justo**	
Hedge de Fluxo de Caixa	**Objeto (1)**	**Instrumento (*) (1)**	**Objeto (1)**	**Instrumento (*) (1)**	**Objeto (1)**	**Instrumento (*) (1)**
Contratos de Futuros	**87.704.413**	**87.345.605**	**87.513.460**	**87.166.800**	**190.953**	**178.805**
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	687.984	333.039	746.660	400.000	(58.676)	(66.961)
Hedge de Captações	87.016.429	87.012.566	86.766.800	86.766.800	249.629	245.766

					31/12/2025	
Estratégias	**Valor Contábil**		**Notional**		**Ajuste a Valor Justo**	
Hedge de Fluxo de Caixa	**Objeto (1)**	**Instrumento (*) (1)**	**Objeto (1)**	**Instrumento (*) (1)**	**Objeto (1)**	**Instrumento (*) (1)**
Contratos de Futuros	**75.691.789**	**76.698.781**	**(566.771)**	**(626.619)**	**76.258.560**	**77.325.400**
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	5.803.656	6.864.200	(244.504)	(250.800)	6.048.160	7.115.000
Hedge de Captações	69.888.133	69.834.581	(322.267)	(375.819)	70.210.400	70.210.400

(*) O Banco possui estratégias de hedge de fluxo de caixa, cujos objetos são ativos de sua carteira, razão pela qual demonstramos a ponta passiva dos respectivos instrumentos. Para as estruturas cujos instrumentos são futuros, demonstramos o saldo do notional, registrado em conta de compensação.

(1) Valores credores se referem a operações ativas e operações devedoras à operações passivas.

				30/09/2026	31/12/2025
Estratégias	**Até 3 Meses**	**De 3 a 12 Meses**	**Acima de 12 Meses**	**Total**	**Total**
Contratos de Futuros	**-**	**54.560.900**	**32.605.900**	**87.166.800**	**77.325.400**
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	-	400.000	400.000	7.115.000
Hedge de Captações	-	54.560.900	32.205.900	86.766.800	70.210.400

V) Informações sobre Derivativos de Crédito

O Banco Santander utiliza derivativos de crédito com os objetivos de realizar gestão de risco de contraparte e atender demandas de seus clientes, realizando operações de compra e venda de proteção através de credit default swaps e total return swaps, prioritariamente relacionados a títulos com risco soberano brasileiro.

Credit Default Swaps – CDS

São derivativos de crédito nos quais o comprador, mediante pagamento de uma remuneração ao vendedor da proteção, adquire o direito de receber uma compensação financeira ou realizar uma liquidação física caso ocorra um evento de crédito contratualmente definido. Na modalidade de liquidação financeira, essa compensação corresponde, em geral, à diferença entre o valor nocional protegido e o valor de recuperação das obrigações de referência, apurado segundo os critérios previstos no contrato.

Abaixo, composição da carteira de Derivativos de Crédito demonstrada pelo seu valor referencial e efeito no cálculo do Patrimônio Líquido Exigido (PLE).

	Valor Nominal	
	30/09/2026	31/12/2025
	Risco Transferido - Swap de Crédito	**Risco Transferido - Swap de Crédito**
Swap de Créditos	8.954.872	7.950.397
Total	**8.954.872**	**7.950.397**

Durante o período não houve ocorrência de evento de crédito relativo a fatos geradores previsto nos contratos.

		30/09/2026		31/12/2025
Exposição - Brutos	**Acima de 12 Meses**	**Total**	**Acima de 12 Meses**	**Total**
Por Instrumento: CDS	8.954.872	8.954.872	7.950.397	7.950.397
Por Classificação de Risco: Abaixo do Grau de Investimento	8.954.872	8.954.872	7.950.397	7.950.397
Por Entidade de Referência: Governo Brasileiro	8.954.872	8.954.872	7.950.397	7.950.397

VI) Instrumentos Financeiros Derivativos - Margens Dadas em Garantia

A margem dada em garantia de operações negociadas na B3 (atual denominação social da BM&F Bovespa) com instrumentos financeiros derivativos próprios e de terceiros é composta em sua maior parcela por títulos públicos federais.

	30/09/2026	31/12/2025
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	14.522.936	18.735.636
Letras do Tesouro Nacional - LTN	10.668.208	15.971.113
Notas do Tesouro Nacional - NTN	2.536.449	7.063.913
Total	**27.727.593**	**41.770.662**

c) Limites Operacionais

O Bacen determina às instituições financeiras a manutenção de um Patrimônio de Referência (PR), PR Nível I e Capital Principal compatíveis com os riscos de suas atividades, superior ao requerimento mínimo do Patrimônio de Referência Exigido, representado pela soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional.
Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.958/2021 a exigência de PR está em 11,50%, incluindo 8,00% de Mínimo de Patrimônio de Referência, mais 2,50% de Adicional de Conservação de Capital e 1,00% de Adicional Sistêmico. O PR Nível I é de 9,50% e o Capital Principal Mínimo de 8,00%. Em continuidade com a adoção das regras estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.955/2021, a apuração dos índices de capital é calculada de forma consolidada com base nas informações do Conglomerado Prudencial, cuja definição é estabelecida pela Resolução CMN nº 4.950/2021.
O valor absoluto do ajuste negativo registrado no patrimônio líquido, decorrente da aplicação, em 1º de janeiro de 2025, dos critérios de constituição de provisão para perdas esperadas previstos na Resolução CMN nº 4.966, deverá impactar o capital de forma faseada, seguindo as instruções e calendário da Resolução CMN nº 5.199.

	30/09/2026	31/12/2025
Patrimônio de Referência Nível I	94.148	94.548
Capital Principal	86.327	86.427
Capital Complementar	7.821	8.122
Patrimônio de Referência Nível II	25.662	20.521
Patrimônio de Referência (Nível I e II)	**119.810**	**115.070**
Risco de Crédito (1)	649.310	627.240
Risco de Mercado (2)	46.170	45.564
Risco Operacional	95.725	74.911
Total de RWA (3)	**791.205**	**747.715**
Índice de Basileia Nível I	**11,90**	**12,64**
Índice de Basileia Capital Principal	**10,91**	**11,56**
Índice de Basileia Patrimônio de Referência	**15,14**	**15,39**

(1) As exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWACPAD) são baseados nos procedimentos estabelecidos pela Resolução BCB 229, de 12 de maio de 2022.
(2) As exposições ao risco de mercado sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada e abordagem por modelos internos. A abordagem padronizada inclui as parcelas para as exposições de risco de mercado sujeitas às variações de taxas de juros (RWAjur1), dos cupons de moeda estrangeira (RWAjur2), índices de preços (RWAjur3), e dos cupons de taxa de juros (RWAjur4), do preço de mercadorias commodities (RWAcom), do preço de ações classificadas na carteira de negociação (RWAacs). parcelas para exposição de ouro, moeda estrangeira e operações sujeitas à variação cambial (RWAcam), e ajuste para derivativos decorrentes de variação da qualidade creditícia da contraparte (RWAcva).
(3) Risk Weighted Assets ou ativo ponderado pelo risco.

O Banco Santander, divulga o Relatório de Gerenciamento de Riscos com informações referentes à gestão de riscos, descrição sucinta do Plano de Recuperação, gestão de capital, PR e RWA. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

As instituições financeiras estão obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do Patrimônio de Referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do Patrimônio de Referência ajustado na forma da Resolução CMN n° 4.957/2021. O Banco Santander encontra-se enquadrado nos requerimentos estabelecidos.

d) Instrumentos financeiros - Análise de sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais.
Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação (Trading Book) e carteira bancária (Banking Book), conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Banco Central do Brasil. A carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação. A carteira banking consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco Santander e seus eventuais hedges. Assim sendo, de acordo com a natureza das atividades do Banco Santander, a análise de sensibilidade foi dividida entre as carteiras de negociação e bancária.
O Banco Santander efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de acordo com a Resolução CVM nº 2/2020, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente as posições do Banco.

Os quadros resumos apresentados abaixo sintetizam valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco Santander, referente à carteira de negociação e da carteira banking, para cada um dos cenários das carteiras do dia 30 de setembro de 2026.

Carteira Negociação							**Consolidado**
				30/09/2026			31/12/2025
Fatores de Risco	**Descrição**	**Cenário 1**	**Cenário 2**	**Cenário 3**	**Cenário 1**	**Cenário 2**	**Cenário 3**
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(13.486)	(474.018)	(948.037)	(2.631)	(75.831)	(151.662)
Cupom de taxa de juros	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Taxa de Juros	(34)	(160)	(320)	(97)	(1.193)	(2.386)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de cupons de índices de preços	(4.005)	(22.016)	(44.031)	(312)	(2.459)	(4.917)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de dólar	(2.844)	(31.052)	(62.103)	(7.475)	(67.976)	(135.952)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à variação das Taxas dos cupons de moedas estrangeiras	(1.093)	(13.784)	(27.568)	(844)	(6.166)	(12.331)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(3.281)	(82.013)	(164.027)	(6.399)	(159.984)	(319.968)
Eurobond/Treasury/Global	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de juros de papéis negociando no mercado internacional	(4.187)	(52.138)	(104.277)	(6.634)	(59.608)	(119.215)
Ações e índices	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Ações	(500)	(12.498)	(24.997)	(907)	(22.679)	(45.357)
Commodities	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Mercadorias (Commodities)	(20)	(512)	(1.024)	(16)	(405)	(809)
Total (1)		**(29.450)**	**(688.191)**	**(1.376.384)**	**(25.315)**	**(396.301)**	**(792.597)**

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

Cenário 1: choque de +10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas);
Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.
Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Carteira Banking							**Consolidado**
				30/09/2026			31/12/2025
Fatores de Risco	**Descrição**	**Cenário 1**	**Cenário 2**	**Cenário 3**	**Cenário 1**	**Cenário 2**	**Cenário 3**
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(20.004)	(656.163)	(1.326.889)	(28.437)	(1.169.821)	(2.443.556)
TR e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	Exposições sujeitas à Variação de Cupons de TR e TJLP	(44.127)	(1.673.791)	(2.988.084)	(33.000)	(1.263.118)	(2.370.683)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(38.327)	(671.658)	(1.245.855)	(44.311)	(761.382)	(1.401.492)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(10.598)	(192.196)	(363.544)	(4.045)	(124.407)	(229.753)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(3.769)	(48.763)	(100.858)	(2.663)	(26.376)	(52.505)
Taxa de Juros Mercado Internacional	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Juros de Papéis Negociados no Mercado Internacional	(1.833)	(265.240)	(646.800)	(632)	(323.146)	(732.533)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	507	12.671	25.342	(1.205)	(30.114)	(60.228)
Total (1)		**(118.151)**	**(3.495.140)**	**(6.646.688)**	**(114.293)**	**(3.698.364)**	**(7.290.750)**

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

Cenário 1: choque de +10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas);
Cenário 2: choque de +25% e -25%% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.
Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

e) Fundos geridos e administrados não registrados no balanço

O Banco Santander tem fundos sob gestão, em que não possui participação significativa, não atua como "principal" e não detém cotas desses Fundos. Baseado na relação contratual que rege a gestão de tais fundos, os terceiros que detêm a participação acionária são aqueles que estão expostos, ou tem direitos, a retornos variáveis e têm a capacidade de afetar esses retornos mediante o poder decisório. Ademais, o Banco, como gestor dos fundos, atua na análise de regime de remuneração, que são proporcionais ao serviço prestado e, portanto, atua como "principal".

Os fundos administrados pelo Banco Santander não registrados no balanço são os seguintes:

	30/09/2026	31/12/2025
Fundos administrados	274.643.746	227.012.763
Total	**274.643.746**	**227.012.763**

f) Títulos e valores mobiliários de terceiros sob custódia

Em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025, o Banco mantinha sob custódia títulos de dívida e valores mobiliários de terceiros que totalizavam R$ 152.333.498 e R$ 146.156.911, respectivamente.

19. Eventos Subsequentes

a) Distribuição de Juros sobre o Capital Próprio

O Conselho de Administração do Banco Santander, em reunião realizada em 09 de outubro de 2026, aprovou a proposta da Diretoria Executiva do Banco, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária, de distribuição de Juros sobre o Capital Próprio, no montante de R$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais). Fizeram jus aos Juros sobre o Capital Próprio os acionistas que se encontravam inscritos nos registros do Banco no final do dia 20 de outubro de 2026 (inclusive). Dessa forma, a partir de 21 de outubro de 2026 (inclusive), as ações do Banco foram negociadas "Ex-Juros sobre o Capital Próprio". O valor dos Juros sobre o Capital Próprio serão pagos a partir do dia 09 de novembro de 2026. Os Juros sobre o Capital Próprio foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios distribuídos pelo Banco, referentes ao exercício de 2026, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

b) Aquisição de participação societária direta na Loop Gestão de Pátios S.A.

Após o cumprimento das condições precedentes aplicáveis à operação, a Santander Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Santander Financiamentos") concluiu, em 09 de outubro de 2026, a aquisição de 49% do capital social total e votante da Loop Gestão de Pátios S.A. ("Loop"), participação anteriormente detida por Allpark Empreendimentos, Participações e Serviços S.A. (Estapar). O Banco Santander já detinha participação indireta na Loop por meio da Webmotors S.A. ("Webmotors") e, com a conclusão da operação, passou a deter também participação direta no Banco. No contexto da operação, Santander Financiamentos e Webmotors celebraram acordo de acionistas regulando a governança da Loop e prevendo a manutenção do seu controle pela Webmotors.

ANEXO I – Demonstração Consolidada Condensada do Valor Adicionado

	01/01 a 30/09/2026		01/01 a 30/09/2025	
Receitas com juros e similares	123.390.448		119.901.576	
Receitas de tarifas e comissões, líquidas	12.504.637		12.870.701	
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(22.038.561)		(23.908.549)	
Outras Receitas e Despesas	(1.389.501)		230.667	
Despesas com juros e similares	(80.461.192)		(76.039.394)	
Insumos de Terceiros	**(7.235.343)**		**(6.823.610)**	
Material, Energia e Outros	(525.777)		(598.262)	
Serviços de Terceiros	(4.953.591)		(4.900.863)	
Perda/Recuperação de Valores Ativos	(222.052)		(255.209)	
Outros	(1.533.923)		(1.069.276)	
Valor Adicionado Bruto	**24.770.488**		**26.231.391**	
Retenções				
Depreciações e Amortizações	(1.981.649)		(1.976.394)	
Valor Adicionado Líquido Produzido	**22.788.839**		**24.254.997**	
Resultado de Participações em Coligadas e controle em conjunto	332.429		322.653	
Valor Adicionado Total a Distribuir	**23.121.268**		**24.577.650**	
Distribuição do Valor Adicionado				
Pessoal	**7.334.006**	**31,7 %**	**7.786.518**	**31,7 %**
Remuneração	5.283.725		5.605.424	
Benefícios	1.468.043		1.525.060	
FGTS	426.954		426.549	
Outras	155.284		229.485	
Impostos, Taxas e Contribuições	**6.564.481**	**28,4 %**	**7.604.232**	**30,9 %**
Federais	6.561.625		7.597.396	
Municipais	2.856		6.836	
Remuneração do Capital de Terceiros - Aluguéis	**136.153**	**0,6 %**	**164.974**	**0,7 %**
Remuneração de Capitais Próprios	**9.086.628**	**39,3 %**	**9.021.926**	**36,7 %**
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	6.000.000		5.000.000	
Reinvestimentos de Lucros	2.896.051		3.865.071	
Lucro atribuível às participações não-controladoras	190.577		156.855	
Total	**23.121.268**	**100,0 %**	**24.577.650**	**100,0 %**

Composição dos Órgãos da Administração em 30 de setembro de 2026

Conselho de Administração

Deborah Stern Vieitas – Presidente (independente)
Javier Maldonado Trinchant – Vice - presidente
Antonio Carlos Quintella - Conselheiro (independente)
Cristiana Almeida Pipponzi – Conselheira (independente)
Daniel Barriuso Rojo - Conselheiro
Deborah Patricia Wright - Conselheira (independente)
Ede Ilson Viani - Conselheiro
Gilson Finkelsztain - Conselheiro
Márcio de Andradade Schettini - Conselheiro (independente)
Oscar Rodríguez Herrero - Conselheiro (independente)
Pedro Augusto de Melo - Conselheiro (independente)
Vanessa de Souza Lobato Barbosa - Conselheira

Comitê de Auditoria

Pedro Augusto de Melo – Coordenador
Luiz Carlos Nannini - Membro Técnico Qualificado
Andrea Maria Ramos Leonel – Membro
René Luiz Grande – Membro

Comitê de Riscos e Compliance

Antonio Carlos Quintella - Coordenador
Deborah Stern Vieitas – Membro
Jaime Leôncio Singer - Membro
José Mauricio Pereira Coelho - Membro

Comitê de Sustentabilidade

Cristiana Almeida Pipponzi - Coordenadora
Deborah Stern Vieitas - Membro
Vivianne Naigeborin - Membro
Tasso Rezende de Azevedo – Membro

Comitê de Inovação e Tecnologia

Daniel Barriuso Rojo - Coordenador
Deborah Stern Vieitas - Membro
Ede Ilson Viani - Membro
Eduardo Alvarez Garrido - Membro
Gilberto Duarte de Abreu Filho - Membro
Guilherme Horn - Membro
Marco Jose Miguel Bressan - Membro

Comitê de Nomeação e Governança

Deborah Stern Vieitas - Coordenadora
Deborah Patricia Wright – Membro
Cristiana Almeida Pipponzi - Membro
Javier Maldonado Trinchant – Membro

Comitê de Remuneração

Deborah Patricia Wright – Coordenadora
Deborah Stern Vieitas - Membro
Vanessa de Souza Lobato Barbosa - Membro

Diretoria Executiva

Diretor Presidente

Gilson Finkelsztain

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores

Carlos Ignacio Muñiz Gonzalez Blanch

Diretores Vice-Presidente Executivos

Alessandro Tomao
André Juaçaba de Almeida
Carlos Díaz Álvarez
Carlos Ignacio Muñiz Gonzalez Blanch
Cezar Augusto Janikian
Ede Ilson Viani
Germanuela de Almeida de Abreu
Gilberto Duarte de Abreu Filho

Diretores sem Designação Específica

Alessandro Chagas Farias
Alexandre Guimarães Soares
Alexandre Teixeira de Araujo
Camila Stolf Toledo
Carlos Aguiar Neto
Celso Mateus De Queiroz
Claudenice Lopes Duarte
Claudia Chaves Sampaio
Daniel Mendonça Pareto
Denis Ferro Junior
Eduardo Alvarez Garrido
Eduardo Luis Sasaki
Franco Luigi Fasoli
Geraldo José Rodrigues Alckmin Neto
Gustavo de Sousa Santos
Izabella Ferreira Costa Belisario
Jean Paulo Kambourakis
Leonardo Augusto de Andrade Barbosa
Leonardo Mendes Cabral
Marcelo Aleixo
Marcos Jose Maia da Silva
Mariana Cahen Margulies
Mauricio Caliggiuri Inforçati
Michele Soares Ishii
Nicolás Vergara
Pablo Agote Alique
Paulo César Ferreira de Lima Alves
Paulo Fernando Alves Lima
Paulo Sérgio Duailibi
Rafael Abujamra Kappaz
Reginaldo Antonio Ribeiro
Ricardo Olivare de Magalhães
Richard Flavio Da Silva
Robson de Souza Rezende
Rudolf Gschliffner
Sandro Mazerino Sobral
Thomaz Antonio Licarião Rocha
Vanessa Alessi Manzi
Vítor Ohtsuki

Contadora

Anna Paula Dorce Armonia – CRC Nº 1SP – 198352/9